

Termo de Referência 143/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
143/2023	110511-CENTRO GESTOR OP. SISTEMA PROTECAO AMAZONIA	ALICE REGINA DUARTE ALMEIDA	27/12/2023 14:35 (v 8.0)
Status	ASSINADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
VII - contratações de tecnologia da informação e de comunicação/Bens de TIC	90006/2022	60090.000628/2023-70

1. Definição do objeto

Referência: Instrução Normativa SGD/ME nº 94

Utilizado o Modelo da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União - CNMLC

Atualização: maio/2023 - Termo de Referência Aquisição de Bens de TIC – Licitação- Elaborado pela Secretaria de Gestão. Complementado e Uniformizado pela CNMLC

Disponível em: https://www.gov.br/agu/pt-br/composicao/cgu/cgu/modelos/licitacoescontratos/14133/modelos-da-lei-14-133-21-para-bens-e-servicos-de-tic/arquivos/modelo_tr_compras_tic_lei_14-133_v-maio23.docx.

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de 04 (quatro) servidores (computadores), para o Censipam, sendo 01 para o Centro de Coordenação-Geral (CCG) e 01 para os cada um dos três Centros Regionais (CR), localizados em Manaus (CR-MN), Porto Velho (CR-PV) e Belém (CR-BE), para execução do sistema Sentinelas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Tabela 1 - Descrição do Objeto

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	MÉTRICA OU UNIDADE DE MEDIDA	CÓD. PMC-TIC	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
	Servidor Tipo: Rack; Processadores Físicos: 2; Núcleos por Processador: 20 núcleos físicos cada (Xeon Gold); Memória Ram: 512 GB; Interface Rede Lan: no mínimo de 6,						

1	sendo 4 interfaces padrão e 2 interfaces 10 Gb; Com 8 Discos SATA de, no mínimo, 3TB cada; Fonte Alimentação: Redundante (Swap /Hot Plug); Sem Sistema Operacional; Garantia On Site: de 60 meses (o atendimento deverá ser realizado nas seguintes localidades: Brasília/DF, Belém/PA, Manaus/AM e Porto velho/RO).	610068	UN	NÃO SE APLICA	4	R\$ 141.486,48	R\$ 565.945,92
---	--	--------	----	---------------	---	----------------	----------------

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme [Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021](#).

1.3. O objeto da licitação tem a natureza de bem de qualidade comum de Tecnologia da Informação, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos neste instrumento, por meio de especificações usuais do mercado.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, na forma do [artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Descrição da Solução

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

2.1. A descrição da solução como um todo encontra-se no ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS, deste Termo de Referência.

2.2. A solução de TIC consiste em adquirir 04 (quatro) servidores (computadores) para implantação do sistema Sentinelas no Censipam, no Centro de Coordenação-Geral (CCG) localizado em Brasília e nos três Centros Regionais (CR) localizados em Manaus (CR-MN), Porto Velho (CR-PV) e Belém (CR-BE).

2.3. O objeto não encontra-se relacionado às soluções de TIC ofertadas no catálogo de Soluções de TIC do Governo digital.

2.4. Conforme previsto no Guia de Boas Práticas, Orientações e Vedações para Contratação de Ativos de TIC – Versão 4 (disponível em https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes_ativos-de-tic-v-4.pdf), a aquisição dos equipamentos servidores levou em consideração o tempo de vida útil de 5 (cinco) anos para fins de posicionamento da tecnologia e de garantia de funcionamento.

2.5. Os equipamentos a serem disponibilizados em cada uma das regionais cumprem a mesma função, e devem ter as mesmas configurações para que haja homogeneidade da plataforma de segurança da informação, com padronização de software, hardware, e procedimentos operacionais em todas as unidades do órgão. Portanto, a aquisição dos equipamentos será realizada de um mesmo fornecedor.

3. Fundamentação e Descrição da Necessidade

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

3.1. A presente contratação justifica-se pela necessidade aquisição de 04 (quatro) servidores (computadores) para implantação do sistema Sentinelas, no Centro de Coordenação-Geral (CCG) e nos três Centro Regionais (CR) que compõe o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), com a finalidade de aumentar a consciência situacional da rede de dados informacionais deste Centro Gestor, visando fomentar as ações de segurança cibernética e auxiliar na mitigação bem como na análise de ataques cibernéticos e outras ações ofensivas que possam afetar os sistemas desta instituição, em atendimento ao Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI). Em relatório apresentado pela Equipe do CDCiber, (6448283), foi indicado uma sugestão de descrição do equipamento servidor a ser adquirido e que foi acatada pela Diretoria Técnica.

3.2. O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam é um órgão do Ministério da Defesa, que possui infraestrutura própria de Tecnologia da Informação, composto por um Centro de Coordenação-Geral (CCG) localizado em Brasília e três Centros Regionais (CR) localizados em Manaus (CR-MN), Porto Velho (CR-PV) e Belém (CR-BE). E a presente contratação fundamenta-se pelo fato do Censipam ter por finalidade integrar, avaliar e difundir informações para planejamento e a coordenação das ações globais de governo com atuação na Amazônia, visando potencializar o desenvolvimento sustentável da região. Portanto, a natureza sensível das informações elaboradas e tramitadas pelo Censipam impõe severos requisitos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dessas informações. A perda e/ou roubo de informações por códigos maliciosos (malware) ou por desastres não enseja apenas impactos de perdas financeiras, mas também indisponibilidade de serviços, perdas intangíveis que incluem a confiança na instituição e mácula na imagem do órgão perante a sociedade.

A Estratégia de Governo Digital (EGD) para o período de 2020 a 2022, instituída pelo Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, atribuiu à Secretaria de Governo Digital (SGD/ME) da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (SEDGG), do Ministério da Economia, a coordenação das ações para alcance dos objetivos de implementação da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no âmbito do governo federal, bem como garantir a segurança das plataformas de governo digital e dos sistemas de missão crítica, dentre outros.

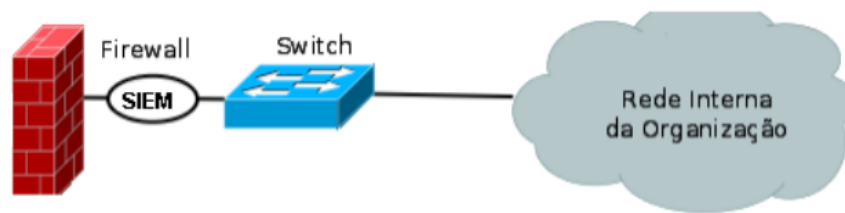
Nesse contexto, o Acórdão 1.889/2020-TCU-Plenário, resultado do processo de auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) teve como objetivos identificar os sistemas informacionais críticos da Administração Pública Federal e elaborar diagnóstico da capacidade de fiscalização de suas unidades técnicas com foco em sistemas, o que resultou em orientações para corpo técnico do TCU, SGD/ME e para os órgãos integrantes do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), do qual o Censipam faz parte.

Nesse diapasão, a Secretaria de Governo Digital (SGD), como órgão central do SISP, em articulação com os órgãos responsáveis por essas políticas, buscando agir de forma preventiva, proativa e contributiva, vem trabalhando desde 2020 em um Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) com o objetivo de elevar o grau de maturidade e resiliência, em termos de proteção de dados pessoais e de segurança da informação, dos sistemas críticos do governo federal. O PPSI foi regulamentado pela Portaria SGD/MGI Nº 852, de 28 de março de 2023 e prevê as ações que cada órgão deve realizar para elevar a sua maturidade e resiliência

No tocante às ações de segurança da informação, foi solicitado o apoio técnico do Centro de Defesa Cibernética (CDCiber) para a implantação do sistema de gerenciamento de eventos e informações de segurança neste Centro Coordenação Geral, denominado **Sentinelas**, para aumentar a consciência situacional cibernética da rede de dados informacionais deste Centro Gestor, visando fomentar as ações segurança cibernética e auxiliar na mitigação bem como na análise de ataques cibernéticos e (ou) outras ações ofensivas que possam afetar os sistemas desta instituição.

Durante a implantação verificou-se que a referida solução necessita de um alto poder de processamento e armazenamento e que os recursos atualmente disponíveis no Censipam não atendem aos requisitos do sistema de forma adequada, sendo que para a implantação do sistema foi utilizada a infraestrutura de hiperconvergência (HCI) Nutanix e de um servidor fora de garantia para instalação das ferramentas que necessitavam de múltiplas interfaces de rede e de posicionamento lógico entre o firewall e o switch core para serem configuradas para monitorar todo o tráfego de rede.

Figura 1- Posicionamento lógico ideal para instalação do SIEM (sistema Sentinelas)



A necessidade de alto poder de processamento se deve ao fato da solução do sistema Sentinelas realizar a coleta, indexação e análise de todo o fluxo de dados das redes do Censipam; a alta capacidade de armazenamento se faz necessária para armazenar os eventos (logs), a fim de permitir correlacionar incidentes de segurança, identificar padrões inusitados de comportamento nas redes, monitorar ameaças e responder a incidentes com agilidade e precisão.

Conforme Despacho 56 (6385047), foi concluída a implantação no CCG/Brasília do sistema **Sentinelas** e, conforme relatório apresentado (6448283), identificou-se a necessidade de aquisição de recursos de hardware para implantação do referido sistema no CCG do Censipam /Brasília de forma adequada e nos Centros Regionais do Censipam em Manaus/AM, Belém/PA e Porto Velho/RO.

A estimativa da demanda teve como base, portanto, a necessidade de instalar o sistema Sentinelas nos Centros de Brasília, Belém, Manaus e Porto Velho.

A Equipe Técnica de Planejamento optou pela configuração apresentada na Tabela 1 pelos seguintes motivos:

Foi solicitado um servidor para cada uma das unidades do Censipam. A necessidade se deve ao fato de que, atualmente, o CCG e os Centros Regionais que compõem o Censipam têm contratos de internet individualizados e a rede ser integrada por meio de Virtual Private Network (VPN). Portanto, é imprescindível que seja adquirido um servidor (computador) para que seja instalada pela equipe técnica do Censipam uma instância do sistema em cada localidade, com o objetivo de manter toda a infraestrutura operando de forma segura. Em virtude do exposto será necessário 04 (quatro) servidores, sendo um para cada unidade operacional do Censipam (CCG e Centros Regionais).

As salas técnicas das unidades do Censipam estão organizadas em racks padrão 19", com capacidade para 42U, e espaço disponível para instalação de servidores/equipamentos de 2U.

Os servidores a serem adquiridos devem ser fornecido com, no mínimo, 2 (duas) fontes de alimentação que suportem o funcionamento do equipamento na configuração ofertada mesmo em caso de falha de uma das fontes. As fontes deverão ser redundantes e hot-pluggable permitindo a substituição de qualquer uma das fontes em caso de falha sem parada ou comprometimento do funcionamento do equipamento.

Cada servidor deve possuir 02 (dois) processadores, com no mínimo 20 (vinte) núcleos físicos cada, com suporte ao dobro de threads, Xeon Gold, a fim de atender a necessidade de alto poder de processamento da solução do sistema Sentinelas que realizará a coleta, indexação, sumarização, monitoramento e análise de todo o fluxo de dados da rede do Censipam.

Foi solicitado a memória RAM de 512 GB de memória RAM, com módulos de 32 GB ou superior DDR4 do tipo RDIMM ou LRDIMM e frequência de, no mínimo, 2.933 MHz. DDR4 3.200 MHz, em dual-channel, visando manter a operacionalidade e a performance durante todo o período do ciclo de vida útil do equipamento. A memória dual-channel solicitada permite duplicar o fluxo de transmissão das informações, o que diminui o tempo necessário para realizar determinadas operações, melhorando a performance do equipamento servidor.

Deve possuir, no mínimo, 08 (oito) discos padrão NL/SAS com capacidade individual mínima de 3TB, e tem como objetivo a montagem de RAID 5, a fim de proteger o órgão contra a perda de dados que possam ocorrer devido a eventual falha ou dano físico da unidade de disco. Outra motivação é a necessidade de ter uma alta capacidade para armazenamento de eventos (logs) de segurança da informação.

Possuir no mínimo 04 (quatro) interfaces de rede 100/1000 padrão Gigabit Ethernet para conector RJ45, com a finalidade de manter a conectividade com as diversas fontes de dados que serão ingeridas pelo Sentinelas, e no mínimo 02 (duas) interfaces padrão 10 GbE SFP para manter a conectividade com o Firewall e com o Switch Core.

Deve possuir garantia padrão do fabricante por um período mínimo de 60 meses, para reposição de peças danificadas, mão-de-obra de assistência técnica e suporte. Foi escolhida a garantia on-site por se tratar de uma modalidade no qual o fabricante ou empresa credenciada pelo fabricante, deverá enviar um técnico para fazer a manutenção e substituição das peças que

apresentarem problemas, durante todo o período do ciclo de vida do equipamento. Os serviços de reparos dos equipamentos especificados serão executados somente e exclusivamente onde se encontram os servidores (ON-SITE).

3.3. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme consta das informações básicas deste termo de referência.

3.4. O objeto da contratação também está alinhado com a Estratégia de Governo Digital 2020-2023 e em consonância com o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2020 – 2023 v.4 do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 2- alinhamentos estratégicos

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	
ALINHAMENTO AO PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL (PEI) 2022 – 2024 (https://www.gov.br/censipam/pt-br/publicacoes/planejamento/planejamento-estrategico-institucional-do-censipam-pei-censipam)	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO
OE5- Promover melhoria contínua de processos e da gestão de materiais, de infraestrutura e de recursos humanos e financeiros.	5PE6 – Aprimorar a infraestrutura de TI.
ALINHAMENTO AO PLANO DIRETOR DE TIC (PDTIC) 2020 – 2023 v.4 (https://www.gov.br/censipam/pt-br/publicacoes/planejamento/plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-do-censipam-pdtic-censipam)	
AÇÃO DO PDTIC	META DO PDTIC ASSOCIADA
04 - Manter funcionamento de infraestrutura básica de TI Garantia, Suporte, Manutenção, Licenciamento e Gerenciamento para servidores, virtualização, cluster, armazenamento, replicação, becape, cabeamento e ativos de Rede, contratação de serviços técnicos especializados.	IND 9 7.1 Índice de sucesso nas tentativas de violação da segurança (incidentes com sucesso / total de incidentes registrados)
11- Manter Segurança da Informação Garantia, Suporte, Manutenção, Licenciamento e Gerenciamento de Segurança da Informação. (Firewall, Token, Antivírus, Antispam, IPS, TPS, certificados).	IND 12 7.1. Índice de sucesso nas tentativas de violação da segurança (incidentes com sucesso / total de incidentes registrados)Índice de sucesso nas tentativas de violação da segurança (incidentes com sucesso / total de incidentes registrados)
12 - Manter Segurança de Microinformática Garantia, Suporte, Manutenção, Licenciamento e Gerenciamento de segurança de microinformática	IND 12 7.1. Índice de sucesso nas tentativas de violação da segurança (incidentes com sucesso / total de incidentes registrados)
ALINHAMENTO AO PLANO DE TRABALHO ANUAL (PTA) 2023 (https://siga.sipam.gov.br/pta/iniciativas)	
ITEM	DESCRIÇÃO

340/23	Aquisição de Servidores
ALINHAMENTO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA) 2023 (https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-artefatos-web/artefatos/lista/DFD)	
ITEM	DESCRIÇÃO
267/2023	Aquisição de 4 servidores (computadores), sendo 1 para cada Centro Regional(CR), para execução do sistema Sentinelas.

4. Requisitos da Contratação

Requisitos de Negócio:

4.1. A presente contratação orienta-se pelos seguintes requisitos de negócio:

- 4.1.1. Melhorar o Segurança da Informação do Censipam;
- 4.1.2. Elevar o grau de maturidade e resiliência do Censipam;
- 4.1.3. Garantir a segurança das plataformas do governo digital e dos sistemas de missão crítica;
- 4.1.4. Aumentar a consciência situacional cibernética da rede de dados informacionais deste Centro Gestor;
- 4.1.5. Evitar a perda e/ou roubo de informações por códigos maliciosos (malware);
- 4.1.6. Atender aos severos requisitos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações elaboradas e tramitadas pelo Censipam; e
- 4.1.7. Manter a infraestrutura de TI com equipamentos em garantia.

Requisitos de Capacitação

4.2. Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação;

Requisitos Legais

4.3. O presente processo de contratação deve estar aderente à [Constituição Federal](#), à [Lei nº 14.133/2021](#), à [Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022](#), [Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021](#), [Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018](#) (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD) e a outras legislações aplicáveis;

4.4. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2020 a 2023, versão 2020.4 – Pode ser acessado por meio do link https://www.gov.br/censipam/pt-br/publicacoes/pdtic-2020-a-2023-1/arquivo/plano-diretor-datecnologia-da-informacao-pdtic_2020-a-2023.pdf;

4.5. Plano de Trabalho Anual – PTA, de 2023;

4.6. Planejamento e Gerenciamento de Contratação (PGC) de 2023, disponibilizado na Internet <https://pgc-anterior.planejamento.gov.br/login?cnet-id=e3cd0fce-2bdf-4d1b-9e58-b5f4954825fe>;

4.7. Resolução CIG-CENSIPAM/SG-MD Nº 1 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022 que Aprova o Plano de Segurança Orgânica do Censipam e suas Normas Internas de Aplicação;

4.8. Portaria GM-MD nº 5.659, de 18 de novembro de 2022 – Aprova a Política de Segurança da Informação da administração central do Ministério da Defesa – POSIN-MD;e

4.9. Boas Práticas, Orientações e Vedações para Contratação de Ativos de TIC – Versão 4, disponível em https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes_ativos-de-tic-v-4.pdf.

Requisitos de Manutenção

4.10. Devido às características da solução, há necessidade de realização de manutenções corretivas/preventivas/adaptativa/evolutiva pelo fabricante, visando à manutenção da disponibilidade da solução;

4.11. O suporte deve ser prestado pelo fabricante em português;

4.12. A substituição de componentes ou peças decorrentes da garantia não deve gerar quaisquer ônus para a Contratante;

4.13. O Contratado deve informar a Central de Atendimento telefônico do tipo 0800, chat e web, do fabricante, para abertura de chamados técnicos;

4.14. Possuir recurso disponibilizado via web, no site do próprio fabricante, que permita verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série;

4.15. O fabricante deverá, durante todo o período de garantia do equipamento, disponibilizar em seu site todas as atualizações e correções de bug para drivers, softwares e firmware;

4.16. Deverá possuir garantia do fabricante para reposição de peças, mão de obra e atendimento na modalidade "on site", pelo período de 60 (sessenta) meses, no regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, incluindo feriados e finais de semana) a ser realizado nas seguintes localidades: Brasília/DF, Belém/PA, Manaus/AM e Porto velho/RO;

4.17. A garantia do fabricante deve incluir o envio de peças ou equipamentos de reposição nos locais especificados no edital, obedecendo a modalidade NBD (*Next Business Day*); e

4.18. A garantia do fabricante deverá contemplar defeitos de hardware; em caso de troca do disco (HDD ou SSD) os mesmos ficarão em poder deste órgão para sua destruição.

Requisitos Temporais

4.19. A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de 30 dias corridos a ser realizado nas localidades elencadas na Tabela 3, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela Contratante, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo Contratado e autorizado pela Contratante.

Tabela 3 -Endereços de Entrega de bens e serviços

Unidade	Endereço	Cidade	UF	QTD
Centro de Coordenação Geral - CCG	SPO, Área 5, quadra 3, bloco K, CEP: 70610-200.	Brasília	DF	01
Centro Regional de Manaus -	Avenida do Turismo, 1350, Tarumã, CEP: 69041 – 010.	Manaus	AM	01
Centro Regional de Belém	Avenida Júlio Cesar, 7060, Bairro: Val-de-Cães, CEP: 66617-420.	Belém	PA	01
Centro Regional de Porto Velho	Av. Lauro Sodré, 6500 Aeroporto, CEP: 76803-260.	Porto Velho	RO	01

Requisitos de Segurança e Privacidade

4.20. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do Contratante.

4.21. Os serviços contratados deverão ser prestados em conformidade com leis, normas e diretrizes vigentes no âmbito da Administração Pública Federal, relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações (SIC); em especial atenção à Lei de Geral de Proteção de Dados nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, ao Decreto Federal nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, à Instrução Normativa GSI/PR nº 01, de 13 de junho de 2008 (e suas normas complementares) e à POSIN-MD (https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/posin-md-2022.pdf/@download/file/pol%C3%ADtica-de-seguranca-da-informacao-da-administracao-central-do-ministerio_da_defesa-posin-de-18-novembro-de-2022.pdf).

4.22. O Contratado deverá assinar o Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo.

4.23. Deverá ser mantido sigilo pelo Contratado sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato.

4.24. Os conhecimentos, dados e informações de propriedade do Censipam repassados ao Contratado por força do objeto do contrato, constituem informação privilegiada e possuem caráter de confidencialidade. Não será permitida ao Contratado a divulgação, sob nenhuma hipótese, de qualquer documento, modo de operação, informações sobre as áreas de aquisição, confidencial ou não, sem prévia permissão do Censipam.

4.25. O Contratado deverá comunicar ao Contratante qualquer ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão de funcionário, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acessos aos sistemas, informações e recursos do Contratante, porventura colocados à disposição para realização dos serviços contratados.

4.26. O Contratado deverá seguir no que couber, o “Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade”, constante da Seção 7 do Anexo da IN SGD/ME nº 94/2022. Guia disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados>.

Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais

4.27. Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

4.27.1. Os profissionais do Contratado quando estiverem nas dependências do Censipam, deverão apresentar-se vestindo de forma adequada ao ambiente de trabalho, utilizando vestuário que caracterize o comprometimento da boa imagem institucional; e

4.27.2. Os profissionais do Contratado deverão respeitar todos os servidores, funcionários e colaboradores em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo.

Requisitos da Arquitetura Tecnológica

4.28. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de arquitetura tecnológica descritos a seguir:

4.28.1. Os requisitos técnicos dos itens devem ser integralmente observados;

4.28.2. Os recursos computacionais devem ser entregues em pleno funcionamento e em equivalência às necessidades da Instituição;

4.28.3. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pela Contratante. Caso não seja autorizada, é vedado ao Contratado adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pela Contratante; e

4.28.4. O Censipam deverá disponibilizar a infraestrutura física, elétrica e tecnológica para prestação dos serviços descritos.

Requisitos de Projeto e de Implementação

4.29. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de projeto e de implementação descritos a seguir:

4.29.1. A implementação deverá ocorrer pela equipe técnica do Censipam.

Requisitos de Implantação

4.30. Os equipamentos deverão observar integralmente os requisitos de implantação, instalação e fornecimento descritos a seguir:

4.30.1. Todas as tarefas de implantação serão realizadas pelas equipes técnicas existentes no Centro de Coordenação-Geral e nos Centros Regionais.

Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica

4.31. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo 60 (sessenta) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

4.32. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.

4.33. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo fabricante, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada do fabricante.

4.34. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.

4.35. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

4.36. Uma vez notificado, o fabricante realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo fabricante ou pela assistência técnica autorizada.

4.37. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

Requisitos de Experiência Profissional

4.38. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

Requisitos de Formação da Equipe

4.39. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

Requisitos de Metodologia de Trabalho

4.40. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo Contratado de Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) emitida pela Contratante.

4.41. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

4.42. O fabricante deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 12 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

4.43. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo Contratado, que dará ciência de eventuais acontecimentos à Contratante.

Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade

4.44. O Contratado deverá observar integralmente os requisitos de Segurança da Informação e Privacidade descritos a seguir:

4.44.1. Não será permitida a divulgação, sob nenhuma hipótese, de qualquer documento, modo de operação, informações sobre as áreas de aquisição, confidencial ou não, sem prévia permissão do Censipam;

4.44.2. O Contratado é integralmente responsável pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução dos trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto e forma divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Censipam a tais documentos;

4.44.3. Os serviços contratados deverão ser prestados em conformidade com leis, normas e diretrizes vigentes no âmbito da Administração Pública Federal, relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações (SIC); em especial, atenção à Lei de Geral de Proteção de Dados nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, ao Decreto Federal nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, à Instrução Normativa GSI/PR nº 01, de 13 de junho de 2008 (e suas normas complementares);

4.44.4. O Contratado deverá ter ciência da Política de Segurança da Informação (POSIN-MD) (<https://www.gov.br/defesa/ptbr/arquivos/legislacao/posin-md-2022.pdf@@download/file/pol%C3%ADtica-de-seguranca-da-Informacao-da-administracao-central-do-ministerio-da-defesa-posin-de-18-novembro-de-2022.pdf>); e

4.44.5. O Contratado deverá assinar o Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo.

Outros Requisitos Aplicáveis

4.45. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de licitação (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios.

Sustentabilidade

4.46. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.46.1. O bem deve ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

4.46.2. Na parte externa da embalagem deverá conter a descrição de que o material utilizado na sua composição é reciclável, quando aplicável;

4.46.3. Devem ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares. Conforme Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, a comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, que atestem, conforme regulamentação específica, a adequação em segurança para o usuário e instalações, compatibilidade eletromagnética e consumo de energia;

4.46.4. Só será admitida a oferta que cumpra os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética através do mecanismo de certificação voluntária, atendendo aos requisitos normativos, visando à diminuição de acidentes, o aumento da qualidade e diminuição do consumo de energia dos produtos, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO.

4.46.5. Os bens de informática considerados ociosos deverão obedecer à política de inclusão digital do Governo Federal, conforme estabelecido em regulamentação específica.

4.46.6. O bem deve estar em conformidade com costumes, idiomas e ao meio ambiente, dentre outros, observando-se, inclusive, no que couber, o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, e suas atualizações

Subcontratação

4.47. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.48. Não haverá exigência a garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

Informações relevantes para a apresentação da proposta

4.49. A demanda do órgão tem como base as características apresentadas no ANEXO I – ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS. deste Termo de Referência.

5. Papéis e Responsabilidades

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

- 5.1.1. Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a execução dos contratos;
- 5.1.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Fornecimento de Bens, conforme o modelo constante do ANEXO VI - MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS, e de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;
- 5.1.3. Receber o objeto fornecido pelo Contratado que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;
- 5.1.4. Aplicar ao contratado as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;
- 5.1.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento ao contratado, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;
- 5.1.6. Comunicar ao contratado todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC;
- 5.1.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC por parte do Contratado, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;
- 5.1.8. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos cuja criação ou alteração seja objeto da relação contratual pertençam à Administração, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, justificando os casos em que isso não ocorrer.

5.2. São obrigações do CONTRATADO:

- 5.2.1. Indicar formalmente preposto apto a representá-la junto à Contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;
- 5.2.2. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;
- 5.2.3. Reparar quaisquer danos diretamente causados à Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução do contrato pela Contratante;
- 5.2.4. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela Contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;
- 5.2.5. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;
- 5.2.6. Quando especificada, manter, durante a execução do contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da solução de TIC;
- 5.2.7. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da solução de TIC durante a execução do contrato;
- 5.2.8. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados à Administração;
- 5.2.9. Fazer a transição contratual, com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução do contrato, **quando for o caso (grifo nosso)**;

6. Modelo de Execução do Contrato

Rotinas de Execução

Do Encaminhamento Formal de Demandas

- 6.1. O gestor do contrato emitirá a Ordem de fornecimento de Bens (OFB), para a entrega dos bens desejados.
- 6.2. O Contratado deverá fornecer equipamentos com as mesmas configurações e quantidades definidas na OFB.
- 6.3. O recebimento provisório e definitivo dos bens é disciplinado em tópico próprio deste TR.

Forma de execução e acompanhamento do contrato

Condições de Entrega

- 6.4. O prazo de entrega dos bens é de 30 dias corridos, contados da Ordem de fornecimento de bens (OFB), em remessa única.
- 6.5. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 6.6. Os bens deverão ser entregues nos seguintes endereços:

Tabela 4- Localidades de entrega

Unidade	Endereço	Cidade	UF	QTD
Centro de Coordenação Geral - CCG	SPO, Área 5, quadra 3, bloco K, CEP: 70610-200.	Brasília	DF	01
Centro Regional de Manaus -	Avenida do Turismo, 1350, Tarumã, CEP: 69041 – 010.	Manaus	AM	01
Centro Regional de Belém	Avenida Júlio Cesar, 7060, Bairro: Val-de-Cães, CEP: 66617-420.	Belém	PA	01
Centro Regional de Porto Velho	Av. Lauro Sodré, 6500 Aeroporto, CEP: 76803-260.	Porto Velho	RO	01

Formas de transferência de conhecimento

- 6.7. Não será necessária transferência de conhecimento devido às características do objeto.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

- 6.8. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.
- 6.9. Para efeito de encerramento contratual deverá ser emitido o Termo de Encerramento Contratual.

Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle

6.10. Cada OFB conterá a quantidade a ser fornecida, incluindo a sua localização e o prazo, conforme definições deste TR.

Mecanismos formais de comunicação

6.11. São definidos como mecanismos formais de Comunicação, entre a Contratante e o Contratado, os seguintes:

1. Ordem de Fornecimento de Bens;
2. Ata de Reunião;
3. Ofício;
4. Sistema de abertura de chamados; e
5. E-mails e Cartas.

Formas de Pagamento

6.12. Os critérios de medição e pagamento serão tratados em tópico próprio do Modelo de Gestão do Contrato.

Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança

6.13. O Contratado deverá manter sigilo absoluto sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e mídias, incluindo os equipamentos e seus meios de armazenamento, de que venha a ter conhecimento durante a execução do contrato, não podendo, sob qualquer pretexto, divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de lei, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Contratante a tais documentos.

6.14. O Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo, contendo declaração de manutenção de sigilo e respeito às normas de segurança vigentes na entidade, a ser assinado pelo representante legal do Contratado, e Termo de Ciência, a ser assinado por todos os empregados do Contratado diretamente envolvidos na contratação, encontram-se no ANEXO IV - MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E TERMO DE CIÊNCIA.

7. Modelo de Gestão do Contrato

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

7.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

7.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Reunião Inicial

7.5. Após a assinatura do Contrato e a nomeação do Gestor e Fiscais do Contrato, será realizada a Reunião Inicial de alinhamento com o objetivo de nivelar os entendimentos acerca das condições estabelecidas no Contrato, Edital e seus anexos, e esclarecer possíveis dúvidas acerca da execução do contrato.

7.6. A reunião será realizada em conformidade com o previsto no inciso I do Art. 31 da [IN SGD/ME nº 94, de 2022](#), e ocorrerá em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogada a critério da Contratante.

7.7. A pauta desta reunião observará, pelo menos:

- 7.7.1. Presença do representante legal do contratado, que apresentará o seu preposto;
- 7.7.2. Entrega, por parte do Contratado, do Termo de Compromisso e dos Termos de Ciência;
- 7.7.3. Esclarecimentos relativos a questões operacionais, administrativas e de gestão do contrato;
- 7.7.4. A Carta de apresentação do Preposto deverá conter no mínimo o nome completo e CPF do funcionário da empresa designado para acompanhar a execução do contrato e atuar como interlocutor principal junto à Contratante, incumbido de

receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual;

7.7.5. Apresentação das declarações/certificados do fabricante, comprovando que o produto ofertado possui a garantia solicitada neste termo de referência;

7.7.6. Entrega do Termo de Compromisso e do Termos de Compromisso e Manutenção de Sigilo conforme modelo constante no ANEXO IV - MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E TERMO DE CIÊNCIA.

Fiscalização

7.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)), nos termos do art. 33 da [IN SGD nº 94, de 2022](#), observando-se, em especial, as rotinas a seguir.

Fiscalização Técnica

7.9. O fiscal técnico do contrato, além de exercer as atribuições previstas no art. 33, II, da [IN SGD nº 94, de 2022](#), acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

7.9.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

7.9.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

7.9.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

7.9.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

7.9.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

7.10. O fiscal administrativo do contrato, além de exercer as atribuições previstas no [art. 33, IV, da IN SGD nº 94, de 2022](#), verificará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.10.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

7.11. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

7.11.1. O Contratado será a única e exclusiva responsável pelo fornecimento dos bens, sendo ao Contratante reservado o direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização contratual, mediante servidores designados para este fim.

Gestor do Contrato

7.12. O gestor do contrato, além de exercer as atribuições previstas no [art. 33, I, da IN SGD nº 94, de 2022](#), coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

7.13. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

7.14. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

7.15. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

7.16. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

7.17. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

7.18. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI](#)).

Critérios de Aceitação

7.19. A avaliação da qualidade dos produtos entregues, para fins de aceitação, consiste na verificação dos critérios relacionados a seguir:

7.20. Todos os equipamentos fornecidos deverão ser novos (incluindo todas as peças e componentes presentes nos produtos), de primeiro uso (sem sinais de utilização anterior), não reconicionados e em fase de comercialização normal através dos canais de venda do fabricante no Brasil (não serão aceitos produtos end-of-life).

7.21. Todos os componentes dos equipamentos e respectivas funcionalidades deverão ser compatíveis entre si, sem a utilização de adaptadores, frisas, pinturas, usinagens em geral, furações, emprego de adesivos, fitas adesivas ou quaisquer outros procedimentos não previstos nas especificações técnicas ou, ainda, com emprego de materiais inadequados ou que visem adaptar forçadamente o produto ou suas partes que sejam fisicamente ou logicamente incompatíveis.

7.22. Todos os componentes internos dos equipamentos deverão estar instalados de forma organizada e livres de pressões ocasionados por outros componentes ou cabos, que possam causar desconexões, instabilidade, ou funcionamento inadequado.

7.23. O número de série de cada equipamento deve ser obrigatório e único, afixado em local visível, na parte externa do gabinete e na embalagem que o contém. Esse número deverá ser identificado pelo fabricante, como válido para o produto entregue e para as condições do mercado brasileiro no que se refere à garantia e assistência técnica no Brasil.

7.24. Serão recusados os produtos que possuam componentes ou acessórios com sinais claros de oxidação, danos físicos, sujeira, riscos ou outro sinal de desgaste, mesmo sendo o componente ou acessório considerado como novos pelo fornecedor dos produtos.

7.25. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a data de LICITAÇÃO (abertura das propostas). Os produtos devem ser fornecidos completos e prontos para a utilização, com todos os acessórios, componentes, cabos etc.

7.26. Todas as licenças, referentes aos softwares e drivers solicitados, devem estar registrados para utilização do Contratante, em modo definitivo (licenças perpétuas), legalizado, não sendo admitidas versões “shareware” ou “trial”. O modelo do produto ofertado pelo licitante deverá estar em fase de produção pelo fabricante (no Brasil ou no exterior), sem previsão de encerramento de produção, até a data de entrega da proposta.

7.27. Após a entrega dos equipamentos, a Contratante irá avaliar a qualidade de todos os servidores fornecidos atentando para a inclusão nos autos do processo administrativo dos documentos que evidenciem a realização dos testes de aceitação nos equipamento entregues, para posterior rastreabilidade.

7.28. Só haverá o recebimento definitivo, após a análise da qualidade dos bens e/ou serviços, em face da aplicação dos critérios de aceitação, resguardando-se ao Contratante o direito de não receber o OBJETO cuja qualidade seja comprovadamente baixa ou

em desacordo com as especificações definidas neste Termo de Referência – situação em que poderão ser aplicadas ao Contratado as penalidades previstas em lei, neste Termo de Referência e no CONTRATO. Quando for o caso, a empresa será convocada a refazer todos os serviços rejeitados, sem custo adicional.

Procedimentos de Teste e Inspeção

7.29. Serão adotados como procedimentos de teste e inspeção, para fins de elaboração dos Termos de Recebimento Provisório e Definitivo:

- as definições contidas na seção 6 - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO.
- as definições contidas nesta seção 7 - MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO .
- as especificações contidas no ANEXO I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

Tabela 5 - Procedimentos de testes e inspeção

Etapa	Avaliação	Critério de aceitação
Fornecimento de equipamentos servidores	Especificações técnicas	- 100% de aderência de que todos os equipamentos propostos e entregues estejam conforme especificações técnicas do APÊNDICE I - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.
	Situação dos equipamentos	- 100% dos equipamentos recebidos novos e em condições perfeitas de uso. - 100% dos equipamentos não contendo substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr (VI)), cádmio (Cd), bifenil polibromados (PBBs), éteres difenilpolibromados (PBDEs).

7.30. No caso de inconsistências observadas, o Gestor do Contrato deverá elaborar documento circunstanciado e informar ao Contratado.

Níveis Mínimos de Serviço Exigidos

7.31. Os níveis mínimos de serviço são indicadores mensuráveis estabelecidos pelo Contratante para aferir objetivamente os resultados pretendidos com a contratação. São considerados para a presente contratação os seguintes indicadores:

Tabela 6 - indicador IAE

IAE – INDICADOR DE ATRASO NO FORNECIMENTO DO EQUIPAMENTO		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Fornecimento de Bens.	
Meta a cumprir	IAE <= 30	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos constantes nas Ordens de Fornecimento de Bens dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	OFB, Termo de Recebimento Provisório (TRP)	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OFB. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OFB(desde que o fiscal técnico reconheça aquela data, com registro em Termo de Recebimento Provisório) pela data de início da execução da OFB.	

Periodicidade	Para cada Ordem de Fornecimento de Bens encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo.
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IAE = \underline{TEX - TEST}$ <p>Onde:</p> <p>IAE – Indicador de Atraso de Entrega da OFB;</p> <p>TEX – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OFB, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OFB.</p> <p>A data de início será aquela constante na OFB; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OFB.</p> <p>A data de entrega da OFB deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico, conforme critérios constantes neste Termo de Referência. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OFB continua a correr, findando-se apenas quanto o Contratado entrega os produtos da OFB e haja aceitação por parte do fiscal técnico.</p> <p>TEST – Tempo Estimado para a execução da OFB – constante na OFB, conforme estipulado no Termo de Referência.</p>
Observações	<p>Obs1: Serão utilizados dias corridos na medição.</p> <p>Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias corridos no cômputo do indicador.</p>
Início de Vigência	A partir da emissão da OFB.
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	<p>Para valores do indicador IAE:</p> <p>Menor ou igual a 30 – Pagamento integral da OFB;</p> <p>De 1 a 60 - aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB ou fração em atraso.</p> <p>Acima de 60 - aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor OFB ou fração em atraso.</p>

7.31.1. Todos os eventos citados acima deverão, obrigatoriamente, ser documentados e registrados no processo pelos Fiscais Técnicos e Administrativos e pelo Gestor do Contrato.

7.31.2. Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições previstas, o Contratante, por meio da equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato, lavrará relatório circunstanciado dirigido à Coordenação de Compras e Licitações (COLIC), que adotará as medidas cabíveis.

7.31.3. Não entregues os equipamentos dentro do prazo previsto neste documento, o contratado estará sujeito as penalidades especificadas na seção **Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento** que deverá ser registrada em relatório a ser encaminhado pelo gestor do contrato.

Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.32. Nos casos de inadimplemento na execução do objeto, as ocorrências serão registradas pela Contratante, conforme a tabela abaixo:

Tabela 7 - Sanções administrativas

Id	Ocorrência	Glosa / Sanção
		Advertência.

1	Não comparecer injustificadamente à Reunião Inicial.	Em caso de reincidência, 0,1% sobre o valor total do Contrato.
2	Quando convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o Contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não manter a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.	O Contratado ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e, será descredenciada no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei nº 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais, e multa de 1% do valor da contratação.
3	Não prestar os esclarecimentos imediatamente, referente à execução do contrato, salvo quando implicarem em indagações de caráter técnico, hipótese em que serão respondidos no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas úteis.	Multa de 1 % sobre o valor total do Contrato por dia útil de atraso em prestar as informações por escrito, ou por outro meio quando autorizado pela Contratante, até o limite de 3 dias úteis. Após o limite de 3 dias úteis, aplicar-se-á multa de 1 % do valor total do Contrato.
4	Não atender ao indicador de nível de serviço IAE (Indicador de Atraso de Entrega de OS)	Para valores do indicador IAE: Menor ou igual a 30 – Pagamento integral da OFB; De 1 a 60 - aplicar-se-á glosa de 0,1666% por dia de atraso sobre o valor da OFB ou fração em atraso. Acima de 60 - aplicar-se-á glosa de 10% bem como multa de 2% sobre o valor OFB ou fração em atraso.
5	Não cumprir qualquer outra obrigação contratual não citada nesta tabela.	Advertência. Em caso de reincidência ou configurado prejuízo aos resultados pretendidos com a contratação, aplica-se multa de 0,1 % do valor total do Contrato.

7.33. Nos termos do [art. 19, inciso III da Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022](#), será efetuada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, nos casos em que o Contratado:

7.33.1. não atingir os valores mínimos aceitáveis fixados nos critérios de aceitação, não produzir os resultados ou deixar de executar as atividades contratadas; ou

7.33.2. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

8. Critério de Medição e de Pagamento

Recebimento do Objeto

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 10 (dez) dias corridos, a contar da notificação do Contratado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

8.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

8.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.10.1. O prazo de validade;

8.10.2. A data da emissão;

8.10.3. Os dados do contrato e do órgão Contratante;

8.10.4. O período respectivo de execução do contrato;

8.10.5. O valor a pagar; e

8.10.6. Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

8.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.16. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

8.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice 1% de correção monetária.

Forma de pagamento

8.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.23. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.24. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.25. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

8.26. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), tudo nos termos do [Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020](#).

8.28. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

8.29. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto Contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

9. Critério de Julgamento da Proposta

FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

9.2. O regime de execução do contrato será por empreitada por preço unitário: contratação da execução do serviço por preço certo de unidades determinadas;

Da Aplicação da Margem de Preferência

9.3. Não será aplicada margem de preferência na presente contratação.

Exigências de Habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação Jurídica

9.5. **Pessoa Física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. **Empresário Individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

9.8. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme [Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020](#).

9.10. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o [art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971](#).

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do [Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda *Estadual/Distrital* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei; e

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

9.22. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação ([art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021](#)), ou de sociedade simples;

9.23. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#);

9.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

9.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.24.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.24.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.24.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º](#)).

Qualificação Técnica

9.27. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

9.27.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos [arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971](#);

9.27.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

9.27.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

9.27.4. O registro previsto na [Lei n. 5.764, de 1971, art. 107](#);

9.27.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

9.27.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

9.27.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o [art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971](#), ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

10. Estimativa do Valor da Contratação

10.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 565.945,92 (quinhentos e sessenta e cinco mil novecentos e quarenta e cinco reais e noventa e dois centavos) conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.

Tabela 8 - Estimativa da contratação

CUSTO ESTIMADO TOTAL DA CONTRATAÇÃO				
ID	Bem	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	Servidor	4	R\$ 141.486,48	R\$ 565.945,92
TOTAL				R\$ 565.945,92

11. Adequação Orçamentária

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

11.2.1. Gestão/Unidade: 110511/0001;

11.2.2. Fonte de Recursos: 1000- Recursos Livres da União;

11.2.3. Programa de Trabalho: 6011 – Cooperação para o Desenvolvimento Nacional;

11.2.4. Elemento de Despesa: 44.90.52.43 – Equipamento de TIC – Servidores/Storage;

11.2.5. Plano Interno:

11.2.5.1. Ação Orçamentária: 20X4 – Manutenção e Aprimoramento do Sistema de Proteção da Amazônia – CENSIPAM;

11.2.5.2. Plano Orçamentário (PO): 0004 – Telecomunicação, tecnologia da informação, sensores e inovação tecnológica;

1.2.5.3. Programa de Trabalho Resumido (PTRES): 168629;

1.2.5.4. Código do Sistema PTA/2023: 340/23 - Aquisição de Servidores.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

Cronograma Físico Financeiro

Tabela 9- Cronograma Físico Financeiro

Evento	Prazo estimado	Valor
Evento 1	Até 30 dias corridos após a emissão da OFB	R\$ 565.945,92

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE DE PAULA RODRIGUES NETO ASSIS

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 27/12/2023 às 12:07:41.

RAQUEL MARTINS CASTILHO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 27/12/2023 às 12:09:48.

NINA MERCIA LIMA SANTOS

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 27/12/2023 às 14:35:49.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - AnexoI_Especificacoes_Tecnicas.pdf (109.14 KB)
- Anexo II - AnexoII_Modeloproposta.pdf (69.04 KB)
- Anexo III - AnexoIII_usuarioSuperGov.pdf (83.19 KB)
- Anexo IV - AnexoIV_TCMS_Ciencia.pdf (156.15 KB)
- Anexo V - AnexoV_Modelo_preposto.pdf (24.27 KB)
- Anexo VI - AnexoVI_modeloOFB.pdf (109.42 KB)
- Anexo VII - AnexoVII_rec_provisorio.pdf (64.22 KB)
- Anexo VIII - AnexoVIII_Rec_Def.pdf (71.09 KB)
- Anexo IX - AnexoIX_encerramento.pdf (87.99 KB)
- Anexo X - AnexoX_ETP84_2023.pdf (160.83 KB)

Anexo I - Anexol_Especificacoes_Tecnicas.pdf

ANEXO I

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

a. Disposições Gerais

- i. O CONTRATADO deverá fornecer os Servidores para Rack com no máximo 2U's obrigatoriamente conforme as especificações técnicas mínimas detalhadas a seguir.
- ii. O modelo ofertado deve estar em linha de produção, sem previsão de encerramento, na data de entrega da proposta.

b. Gabinete

- i. Gabinete com altura **máxima** de 2U para instalação em rack de 19" através de sistema de trilhos deslizantes;
Deve ser fornecido o kit de trilhos deslizantes com braço organizador de cabos, ambos do mesmo fabricante do servidor ofertado, para que permita o deslizamento do equipamento, e todos os demais acessórios necessários para instalação em Rack padrão 19 polegadas;
- iii. Deverá ser fornecido tampa frontal de proteção do servidor;
- iv. Possuir LEDs ou display no painel frontal do gabinete para exibição de alertas de funcionamento do sistema;
- v. Deve possuir suporte de, no mínimo, 12 (doze) baias 3.5" para instalação de discos rígidos, padrão SAS, SATA;
- vi. Deve possuir sistema de ventilação hot-pluggable, N+1, e que permita a substituição mesmo com o equipamento em funcionamento;
- vii. O sistema de ventilação redundante deve ser capaz de manter a temperatura interna adequada do equipamento na sua configuração ofertada; e
- viii. Os componentes do equipamento deverão ser homologados pelo fabricante. Não será aceita a adição ou subtração de qualquer componente não original de fábrica para adequação do equipamento.

c. Fonte de Alimentação

- i. Deve ser fornecido com, no mínimo, 2 (duas) fontes de alimentação que suportem o funcionamento do equipamento na configuração ofertada mesmo em caso de falha de uma das fontes.
- ii. As fontes deverão ser redundantes e hot-pluggable permitindo a substituição de qualquer uma das fontes em caso de falha sem parada ou comprometimento do funcionamento do equipamento;
- iii. As fontes de alimentação devem ter potência mínima de 1.400 watts e possuir certificado de eficiência energética padrão PLATINUM ou superior;
- iv. As fontes devem possuir tensão de entrada de 100~240 VAC à 60Hz, com ajuste automático de tensão; e
- v. Cada fonte deve acompanhar 1 (um) cabo de energia elétrica padrão C19/C20 de no mínimo 1,5 metros, e amperagem compatível com a potência da fonte.

d. Placa-mãe

- i. Deve ser do tipo on board (integrado na placa mãe) ou placa de vídeo PCI ou PCI express; e
- ii. Barramento compatível: PCI ou PCI Express.

e. BIOS e Segurança

- i. A BIOS ou UEFI do equipamento deve ter sido desenvolvida pelo mesmo fabricante do servidor, não sendo aceitas soluções em regime de OEM ou customizadas;
- ii. Deve ser do tipo Flash Memory, utilizando memória não volátil e eletricamente reprogramável;
- iii. A BIOS ou UEFI deve possuir informação do número de série do equipamento e campo editável que permita inserir identificação customizada (Asset Tag), podendo ser consultada por software de gerenciamento;

- iv. Deve possuir funcionalidade de recuperação de estado da BIOS ou UEFI a uma versão anterior gravada em área de memória exclusiva e destinada a este fim, de modo a garantir recuperação em caso de eventuais falhas em atualizações ou incidentes de segurança;
- v. A BIOS ou UEFI deve possuir opção de criação de senha de acesso, senha de administrador ao sistema de configuração do equipamento;
- vi. Desenvolvida pelo fabricante com a especificação UEFI (<http://www.uefi.org>). A compatibilidade com o padrão UEFI deve ser comprovada através do site <http://www.uefi.org/members>, na categoria promoters; e
- vii. Deve adotar o padrão NIST 800-147B.

f. Processador

- i. Cada servidor deve possuir 02 (dois) processadores, com **no mínimo** no 20 (vinte) núcleos físicos cada, com suporte ao dobro de threads, Xeon Gold;
- ii. Possuir clock base de 2.2 GHz com potência e TDP Padrão máximo de 185 W;
Deve possuir memória cache L3 igual ou superior a 36MB;
- iv. Suportar conjunto de instruções x86-64 (64-bits);
- v. Conter controladora de memória integrada com suporte a DDR-4 e tecnologia de correção ECC (Error Correcting Code), com suporte a velocidade de pelo menos 2.933 MHz;
- vi. Implementar mecanismos de redução de consumo de energia e de controle automático para evitar superaquecimento que possa danificá-lo;
- vii. Oferecer suporte à tecnologia Intel Hyper-Threading; e
- viii. Oferecer suporte nativo, em nível de hardware, à virtualização.

g. Memória RAM

- i. Ter **capacidade mínima** instalada de 512 GB (quinhentos e doze gigabytes) de memória RAM, com módulos de 32 GB ou superior DDR4 do tipo RDIMM ou LRDIMM e frequência de, no mínimo, 2.933 MHz.
- ii. Todos os módulos devem ter a mesma capacidade;
- iii. Deve ser utilizados todos os canais dos processadores; e
- iv. Deve suportar o recurso Advanced ECC ou similar.

h. Controladora de discos

- i. Deve possuir 01 (uma) controladora RAID padrão SAS ou superior, com taxa de transferência de dados de no mínimo 12Gb/s, acompanhada dos cabos de conexão;
- ii. Memória cache implementada na controladora com no mínimo 8GB do tipo Flash;
- iii. Deve possibilitar a implementação dos níveis de RAID 0, 1, 5, 6, 10, 50 e 60;
- iv. Suportar discos de tecnologia SATA, SAS e NVMe;
- v. Suportar combinação de discos SATA, SAS e NVMe na mesma controladora;
- vi. Deve suportar PCI Express versão 3.0 ou superior;
- v. Suportar discos do tipo “*global hot-spare*”;
- vi. As funcionalidades de array devem ser implementáveis e configuráveis por hardware através de utilitário específico; e
- vii. Permitir a expansão de capacidade do array de discos, migração de nível de RAID.

i. Capacidade de Armazenamento

- i. Deve possuir, no mínimo, 08 (oito) discos padrão NL/SAS com capacidade individual mínima de 3TB;
- ii. Os discos devem ser “*hot pluggable ou hot swap*”;
- iii. Fornece, no mínimo, um disco “*hot-spare*” além dos especificados, de mesma capacidade;
- iv. Os discos devem ser compatíveis com a controladora RAID fornecida; e
- v. Taxa de transferência mínima de 12 Gb/s (doze Gigabits por segundo).

j. Portas de comunicação

- i. Todos os conectores das portas de entrada/saída devem ser identificados pelos nomes ou símbolos;
- ii. Deve ser fornecido com 03 (três) portas USB externas, sendo 01 (uma) na parte frontal e 02 (duas) traseiras; e
- iii. Deve possuir 01 (uma) porta USB ou Mini USB frontal dedicada para gerência do equipamento, não sendo uma das portas solicitadas anteriormente.

k. Interface de rede

- i. Deve possuir, no mínimo 02 (duas) interfaces padrão 10 GbE SFP cada;
- ii. Deve ser entregue com 02 (dois) transceivers 10GBase-SR; e
- iii. Deve ser entregue com 04 (quatro) interfaces de rede 100/1000 padrão Gigabit Ethernet com conector RJ45.

l. Gerenciamento e Inventário

- i. Deve possuir 01 (uma) interface Ethernet RJ-45 dedicada para gerenciamento remoto *out-of-band* independente das portas exigidas anteriormente, suportando atribuição de endereço IP estático e dinâmico (DHCP);
- ii. Gerenciamento remoto de um único equipamento (1:1) e vários equipamentos (1:N);
- iii. Realizar descoberta automática dos servidores, permitindo inventariar os mesmos e seus componentes;
Suportar a criação de grupos de modo a permitir o gerenciamento de outros servidores de forma centralizada em uma console única;
- v. Permitir o monitoramento remoto, de todo o hardware das condições de funcionamento dos equipamentos e seus componentes, tais como: processadores, memória RAM, controladora RAID, discos, fontes de alimentação, NICs, HBAs e ventiladores;
- vi. Permitir a detecção de pré-falhas dos componentes de hardware;
- vii. Informar o status dos equipamentos e seus componentes, indicando falhas e alertas de logs;
- viii. Emitir alertas de anormalidade de hardware através do software de gerência e suportar o encaminhamento via e-mail e trap SNMP;
- ix. Acessar a solução de gerenciamento via web browser a partir de qualquer estação conectada à rede local;
- x. Suportar os protocolos de criptografia padrão SSL para acesso Web e SSH para acesso CLI;
- xi. Suportar os protocolos de gerenciamento: IPMI 2.0, SNMP, SMASH-CLP e APIs Redfish;
- x. Suportar autenticação local e através de integração com MS Active Directory/LDAP;
- xi. Suportar autenticação 802.1X baseada em certificados ou cartões inteligentes utilizando o EAP-TLS;
- xii. Suportar o protocolo SCEP para gerenciamento de certificados automaticamente;
- xiii. Suportar autenticação de 2 fatores;
- xiv. Permitir o controle remoto da console do servidor do tipo virtual KVM out-of-band, ou seja, independente de sistema operacional ou software agente;
- xv. Permitir ligar, desligar e reiniciar o servidor ou um grupo de servidores remotamente e independente de sistema operacional;
- xvi. Permitir a captura de vídeo ou tela de situações de falhas críticas de sistemas operacionais e inicialização do sistema (boot), possibilitando uma depuração mais aprimorada;
- xvii. Permitir a emulação de mídias virtuais de inicialização (boot) através de CD/DVD remoto, compartilhamentos de rede e dispositivos de armazenamento USB remotos;
- xviii. Permitir a instalação, update e configuração remota de sistemas operacionais, drivers e firmwares, através de solução de deployment compatível com a solução ofertada;
- xix. Possibilitar o download automático de atualizações de firmwares, BIOS e drivers diretamente do site do fabricante ou repositório local;

- xx. As atualizações de firmwares, BIOS e drivers devem ser possuir tecnologia de verificação de integridade do fabricante, de modo a garantir sua autenticidade;
- xxi. Permitir backup e restauração das configurações fábrica do hardware de gerenciamento remoto pela rede;
- xxii. Permitir reiniciar o hardware de gerenciamento remoto;
- xxiii. Permitir acionar LED de identificação;
- xxiv. Permitir realizar a abertura automática de chamados sem intervenção humana, diretamente ao fabricante dos equipamentos em caso de falha de componentes de hardware; e
- xxv. A solução deve estar devidamente licenciada conforme as condições de garantia e suporte do equipamento.

j. Sistema Operacional

- i. O equipamento ofertado deverá ser entregue sem sistema operacional instalado;
- ii. O equipamento ofertado deverá estar certificado para o sistema operacional Microsoft Windows Server 2019 ou superior, comprovado através do Windows Server Catalog da Microsoft no link: <https://www.windowsservercatalog.com/>;
- iii. O equipamento ofertado deverá estar certificado para os sistemas operacionais Oracle Linux 7.9 ou superior e SuSe Linux Enterprise Server 12 ou superior. Esse item deverá ser comprovado através dos HCLs (Hardware Compatibility List) das empresas Oracle e SuSe;
- iv. O sistema operacional Oracle Linux 7.9 ou superior, ou SuSe Linux Enterprise Server 12 ou superior, deve ser compatível com o Oracle Database versão 19;
- v. O equipamento ofertado deverá estar certificado para o sistema operacional Red Hat Enterprise Linux 8 ou superior, comprovado através do Red Hat Ecosystem Catalog no link: <https://access.redhat.com/ecosystem/search; e>
- vi. O equipamento ofertado deverá estar certificado para o sistema operacional VMware ESXi 6.7 ou superior, comprovado através do Compatibility Guide da VMware no link: <https://www.vmware.com/resources/compatibility/search.php>.

k. Documentação técnica

- i. O fabricante deve disponibilizar em seu web site download gratuito de todos os manuais técnicos do usuário e de referência contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração para o equipamento ofertado;
- ii. O fabricante deve disponibilizar em seu web site download gratuito de todos os drivers de dispositivos, BIOS e firmwares para o equipamento ofertado.

l. Garantia e Suporte

- i. Deve possuir garantia do fabricante para reposição de peças, mão de obra e atendimento na modalidade *on site*, pelo período de 60 (sessenta) meses, no regime 24x7 (vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, incluindo feriados e finais de semana);
- ii. A garantia deve incluir envio de peças ou equipamentos de reposição nos locais especificados no edital, obedecendo a modalidade NBD (Next Business Day);
- iii. A garantia deverá contemplar defeitos de hardware;
- iv. Em caso de troca do disco (HDD ou SSD) os mesmos ficaram em poder deste órgão para sua destruição.
- v. Todos os itens deverão possuir suporte ilimitado para abertura de chamados junto ao fabricante;
- vi. Deve incluir o suporte aos componentes de software entregues e/ou atrelados ao hardware;
- vii. O suporte deve ser prestado pelo fabricante em português;
- viii. O fabricante deve possuir um sistema de atendimento de suporte técnico via Chat, através da web;
- ix. Possuir recurso disponibilizado via web, no site do próprio fabricante, que permita verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série;
- x. O fabricante deverá, durante todo o período de garantia do equipamento, disponibilizar em seu site todas as atualizações e correções de bug para drivers, softwares e firmware;

xi. A substituição de componentes ou peças decorrentes da garantia não deve gerar quaisquer ônus para a CONTRATANTE

Anexo II - Anexoll_Modeloproposta.pdf

ANEXO II
MODELO DE PROPOSTA

Empresa: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

E-mail: _____

CNPJ: _____

AO CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
MINISTÉRIO DA DEFESA

OBJETO: Aquisição de 4 servidores (computadores), sendo 1 para cada CR, para execução do sistema Sentinelas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste Termo de Referência.

PREÇO:

Tabela 1 - Bens que compõem a solução a ser adquirida.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL (R\$)
ÚNICO	1	Tipo: Rack; Processadores Físicos: 2; Núcleos por Processador: 20 núcleos físicos cada (Xeon Gold); Memória Ram: 512 GB; Interface Rede Lan: no mínimo de 6, sendo 4 interfaces padrão e 2 interfaces 10 Gb; Com 8 Discos SATA de, no mínimo, 3TB cada; Fonte Alimentação: Redundante (Swap/Hot Plug); Sem Sistema Operacional; Garantia On Site: de 60 meses (o atendimento deverá ser realizado nas seguintes	Unidade	04		

		localidades: Brasília/DF, Belém/PA, Manaus/AM e Porto velho/RO).				
--	--	--	--	--	--	--

LOCAL E DATA

VALIDADE DA PROPOSTA:

ASSINATURA DO RESPONSÁVEL

Anexo III - Anexolll_usuarioSuperGov.pdf

ANEXO III

MODELO DE FORMULÁRIO DE CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO



MINISTÉRIO DA DEFESA SECRETARIA-GERAL

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA FORMULÁRIO DE CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO

CADASTRO DE USUÁRIO EXTERNO NO SISTEMA ÚNICO DE PROCESSO ELETRÔNICO EM REDE - (SUPERGOV.BR)

Nome completo e sem abreviaturas:	
Registro Geral (Identidade):	Órgão Expedidor:
CPF:	Telefones com DDD: ()
Endereço eletrônico (e-mail):	

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

1. Declaro aceitar os termos e condições que regem o processo eletrônico, previstos no Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015, e demais normas aplicáveis, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha) e tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

2. Declaro, ainda, que são de minha exclusiva responsabilidade:

I. O sigilo da senha de acesso, não sendo oponível, em qualquer hipótese, alegação de uso indevido;

II. A conformidade entre os dados informados no formulário eletrônico de usuário externo - SuperGOV.BR/MD e os constantes dos documentos particulares apresentados, incluindo o preenchimento dos campos obrigatórios e a anexação dos documentos essenciais e complementares;

III. A conservação dos originais em papel de documentos digitalizados, enviados por meio convencional, até que decaia o direito da Administração Pública de rever os atos praticados no processo, para que, caso solicitado, sejam apresentados ao Censipam para qualquer tipo de conferência;

IV. A assinatura, por meio eletrônico, dos documentos disponibilizados pelo sistema, sempre que solicitado;

V. A realização por meio eletrônico dos atos e comunicações processuais, além da apresentada na alínea IV, de acompanhar o trâmite do processo, receber ofícios e notificações e acompanhar no sítio eletrônico do Ministério da Defesa, na internet, as informações referentes ao SuperGOV.BR/MD.

VI. A observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SuperGOV.BR/MD, considerando-se tempestivos os atos praticados até às 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília/DF, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo.

VII. A consulta periódica ao SuperGOV.BR/MD, a fim de verificar o recebimento de intimações, considerando-se realizadas na data em que efetuar sua consulta no sistema;

IX. As condições de minha rede de comunicação, o acesso ao provedor de internet e a configuração do computador utilizado nas transmissões eletrônicas; e

X. A observância dos períodos de manutenção programada, ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema.

3. Para que este cadastro seja aprovado, devo apresentar ao Censipam, juntamente com o presente Termo assinado, as cópias dos seguintes documentos:

- Carteira de identidade (RG);
- CPF;
- Comprovante de endereço residencial (conta de Água, Luz, Gás ou Telefone no nome do interessado, correspondente ao último mês);
- Última alteração contratual e/ou procuração com poderes legais de representação registrada em cartório.

4. Tenho ciência que, sendo declarado vencedor do certame licitatório, deverei realizar o cadastro eletrônico de usuário externo no site do SuperGOV.BR/MD, disponível em: https://super.defesa.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=usuario_externo_logar&id_orgao_acesso_externo=0 antes do momento da assinatura do contrato e aguardar a aprovação do cadastro.

Brasília, ____ de _____ de ____ .

Nome Legível

Assinatura conforme documento com foto Apresentado

Anexo IV - AnexoIV_TCMS_Ciencia.pdf

ANEXO IV

MODELO DO TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E DO TERMO DE CIÊNCIA



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL**

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DO SIGILO E DO TERMO DE CIÊNCIA

O CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA – Censipam, vinculado ao Ministério da Defesa com Inscrição no CNPJ/MJ sob nº 07.129.796/00001-26, com sede no Setor Policial, Área Especial 5, Quadra 3, Bloco “K”, na cidade de Brasília/DF, CEP 70610-200, doravante denominado CONTRATANTE, e, de outro lado, a , sediada em , CNPJ n.º , doravante denominada CONTRATADA; CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º XX/20XX doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a CONTRATADA poderá ter acesso a informações sigilosas do CONTRATANTE; CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção; CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE; Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira – DO OBJETO

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

Cláusula Segunda – DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

Cláusula Terceira – DA INFORMAÇÃO SIGILOSA

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O TERMO abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: *know-how*, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes.

Cláusula Quarta – DOS LIMITES DO SIGILO

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

- I- Sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;
- II- Tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente TERMO;
- III- Seja reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

Cláusula Quinta – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro– A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

Parágrafo Segundo– A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

- I- A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

Parágrafo Terceiro– A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por Escrito pela CONTRATANTE.

Parágrafo Quarto – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I- Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

Parágrafo Quinto – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Sexto- A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I- Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II- Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III- Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilosas.

Cláusula Sexta – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretroatável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

Cláusula Sétima – DAS PENALIDADES

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme previsto nos arts. 155 a 163 da Lei nº. 14.133, de 2021.

Cláusula Oitava – DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL.

Parágrafo Primeiro– Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa-fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

Parágrafo Segundo – O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas. **Parágrafo Terceiro** – Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I. A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- II. A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.
- III. A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- IV. Todas as condições, termos e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- V. O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- VI. Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- VII. O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo ao CONTRATO PRINCIPAL;
- VIII. Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

Cláusula Nona – DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal, onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por assim estarem justas e estabelecidas as condições, o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO é assinado pelas partes em 2 vias de igual teor e um só efeito.

Brasília, _____ de _____ de 202X.

De Acordo

Pela CONTRATANTE:

Pela CONTRATADA:

TESTEMUNHAS

NOME: _____

CPF: _____

NOME: _____

CPF: _____

MODELO TERMO DE CIÊNCIA

INTRODUÇÃO

O Termo de Ciência visa obter o comprometimento formal dos empregados da Contratada diretamente envolvidos na contratação quanto ao conhecimento da declaração de manutenção de sigilo e das normas de segurança vigentes no órgão/entidade.

No caso de substituição ou inclusão de empregados da contratada, o preposto deverá entregar ao Fiscal Administrativo do Contrato os Termos de Ciência assinados pelos novos empregados envolvidos na execução dos serviços contratados.

Referência: Art. 18, Inciso V, alínea “b” da IN SGD/ME Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

CONTRATO Nº	xxxx/aaaa		
OBJETO	<objeto do contrato>		
CONTRATADA	<nome da contratada>	CNPJ	XXXXXXXXXXXXX
PREPOSTO	<Nome do Preposto da Contratada>		
GESTOR DO CONTRATO	<Nome do Gestor do Contrato>	MATR.	XXXXXXXXXXXXX

2 – CIÊNCIA

Por este instrumento, os funcionários abaixo identificados declaram ter ciência e conhecer o inteiro teor do Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e as normas de segurança vigentes da Contratante.

Funcionários da Contratada		
Nome	Matrícula	Assinatura
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<XXXXXXXXXX>	
<Nome do(a) Funcionário(a)>	<XXXXXXXXXX>	
...

Brasília, _____ de _____ de 202X.

Anexo V - AnexoV_Modelo_preposto.pdf

ANEXO V

MODELO APRESENTAÇÃO PREPOSTO

Ao CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

Comissão Permanente de Licitação

Processo de Licitação Nº _____

Prezado(a) Senhor(a),

Eu, _____, CPF/Passaporte nº _____, em conformidade com os termos do Processo de Licitação mencionado, reconheço o/a Sr./Sra. _____, como nosso/a representante legal, identificado/a pelo documento de identificação Nº _____, a quem atribuímos os mais amplos poderes, inclusive a interposição de recursos, quando aplicável, bem como comprometer, desistir, assinar documentos e atas e realizar todos os outros atos nesta Licitação.

Declaro também o pleno conhecimento de todos os aspectos relativos a este Processo de Licitação.

Encontra-se, em anexo, cópia de meu documento de identidade/passaporte válido.

Nome completo da Autoridade que assina
Identificação do LICITANTE

CARIMBO DA EMPRESA COM CNPJ
dispensado em caso de papel timbrado c/ CNPJ)

>>>> Favor apresentar um documento de identidade ou Passaporte original válido do Representante Legal junto com este documento <<<<

OBS: A licitante é inteiramente responsável pelas informações prestadas através deste documento.

Anexo VI - AnexoVI_modeloOFB.pdf

ANEXO VI

MODELO DE ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS

MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERALCENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA
ORDEM DE FORNECIMENTO DE BENS

INTRODUÇÃO

Por intermédio da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB) será solicitado formalmente ao Contratado a prestação de serviço ou o fornecimento de bens relativos ao objeto do contrato.

O encaminhamento das demandas deverá ser planejado visando a garantir que os prazos para entrega final de todos os bens e serviços estejam compreendidos dentro do prazo de vigência contratual.

Referência: Art. 32 IN SGD Nº 94/2022.

1 – IDENTIFICAÇÃO

Nº da OFB	xxxx/aaaa	Data de emissão	<dd/mm/aaaa>
CONTRATO nº	xx/aaaa		
Objeto do Contrato	<Descrição do objeto do contrato>		
Contratada	<Nome da contratada>	CNPJ	99.999.999/9999-99
Preposto	<Nome do preposto>		
Início vigência	<dd/mm/aaaa>	Fim vigência	<dd/mm/aaaa>
ÁREA REQUISITANTE			
Unidade	< Sigla – Nome da unidade>		
Solicitante	<Nome do solicitante>	E-mail	XXXXXXXXXXXXXX

2 – ESPECIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS E VOLUMES ESTIMADOS

Item	Descrição do bem ou serviço	Métrica	Valor unitário (R\$)	Qtde/Vol.	Valor Total (R\$)
1
...
Valor total estimado da OS/OFB					

3 – <INSTRUÇÕES/ESPECIFICAÇÕES> COMPLEMENTARES

<Incluir instruções complementares à execução da OFB>

<Ex.: Contatar a área solicitante para agendamento do horário de entrega>

<Ex.: Conforme consta no Termo de Referência, o recebimento provisório está condicionado à entrega do código no ambiente de homologação, e a documentação do software no repositório oficial de gestão de projetos>

4 – DATAS E PRAZOS PREVISTOS

Data de Início:	<dd/mm/aaaa>	Data do Fim:	<dd/mm/aaaa>
CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO/ENTREGA			

Item	Tarefa/entrega	Início	Fim
1		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>
...		<dd/mm/aaaa>	<dd/mm/aaaa>

5 – PRODUTOS	
Fornecidos	A serem gerados e/ou atualizados

5 – ASSINATURA E ENCAMINHAMENTO DA DEMANDA

Autoriza-se a entrega dos bens correspondentes à presente OFB, no período e nos quantitativos acima identificados.

<Nome >

< Fiscal Requisitante>

Matr.: <Nº da matrícula>

<Nome >

Gestor do Contrato

Matr.: <Nº da matrícula>

Anexo VII - AnexoVII_rec_provisorio.pdf

ANEXO VII
MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO.



MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL
CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO

1 - Identificação

OFBS nº	Data do recebimento:
Dados do Contrato	
Contrato/NE nº	Processo NUP:
Contratada:	CNPJ:
Representante da contratada:	
Objeto contratual:	

2 - Equipe de fiscalização de recebimento definitivo.

Gestor:	
Fiscal Técnico:	
Fiscal Requisitante:	
Fiscal Administrativo:	
Nº do Portaria e Boletim da publicação da equipe:	

3 - Referências contratuais.

4 - Itens recebidos definitivamente.

5 - Relatório de análise do recebimento definitivo.

Com aprovação total ou parcial, observações e relato das inconsistências.

6 - Signatários do Termo de Recebimento Definitivo.

O Gestor e o Fiscal Técnico do Contrato atestam que foi recebido definitivamente, com/sem pendências, o material/serviço em conformidade com o objeto do referido contrato.

Ratificamos por meio deste Termo de Recebimento Definitivo a plena concordância com seu conteúdo e, para tanto, o subscrevemos:

Brasília, de de 202x.

Gestor do Contrato

Fiscal Técnico do Contrato

Matrícula:

Matrícula:

Anexo VIII - AnexoVIII_Rec_Def.pdf

ANEXO VIII

MODELO DO TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.



**MINISTÉRIO DA DEFESA
SECRETARIA-GERAL**

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO

1 - Identificação

OFBS nº	Data do recebimento:
Dados do Contrato	
Contrato/NE nº	Processo NUP:
Contratada:	CNPJ:
Representante da contratada:	
Objeto contratual:	

2 - Equipe de fiscalização de recebimento definitivo.

Gestor:	
Fiscal Técnico:	
Fiscal Requisitante:	
Fiscal Administrativo:	
Nº do Portaria e Boletim da publicação da equipe:	

3 - Referências contratuais.

4 - Itens recebidos definitivamente.

5 - Relatório de análise do recebimento definitivo.

Com aprovação total ou parcial, observações e relato das inconsistências.

6 - Signatários do Termo de Recebimento Definitivo.

O Gestor e o Fiscal Técnico do Contrato atestam que foi recebido definitivamente, com/sem pendências, o material/serviço em conformidade com o objeto do referido contrato.

Ratificamos por meio deste Termo de Recebimento Definitivo a plena concordância com seu conteúdo e, para tanto, o subscrevemos:

Brasília, de de 202x.

Gestor do Contrato

Fiscal Técnico do Contrato

Matrícula:

Matrícula:

Anexo IX - AnexolX_encerramento.pdf

ANEXO IX

MODELO TERMO ENCERRAMENTO CONTRATUAL



MINISTÉRIO DA DEFESA SECRETARIA-GERAL

CENTRO GESTOR E OPERACIONAL DO SISTEMA DE PROTEÇÃO DA AMAZÔNIA

TERMO DE ENCERRAMENTO CONTRATUAL

INTRODUÇÃO

O Termo de Encerramento do Contrato encerrará formalmente o pacto contratual entre a Contratante e a Contratada.

Referência: Art. 35 IN SGD/ME Nº 94/2022.

1- IDENTIFICAÇÃO	
CONTRATO Nº	
GESTOR DO CONTRATO	
CONTRATADA	
DATA DE INÍCIO	
OBJETO	

2 – LISTA DE VERIFICAÇÃO			
Item	Atendido	Não Atendido	Não Aplicável
Os recursos humanos e materiais foram preparados para a continuidade do negócio por parte da			

Administração?			
A contratada entregou as versões finais dos produtos e a documentação?			
Houve a transferência final de conhecimentos sobre a execução e manutenção da solução?			
A contratada devolveu os recursos que foram oferecidos para operacionalizar o contrato?			
Foram revogados os perfis de acesso dos funcionários da contratada?			
Foram eliminadas as caixas postais que foram oferecidas à contratada?			

3 – DO ENCERRAMENTO

1. Por este instrumento, as partes acima identificadas resolvem registrar o encerramento do contrato em epígrafe, e ressaltar o que segue:

I -O presente contrato está sendo encerrado por motivo de: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

II - As partes concedem- se mutuamente plena, geral, irrestrita e irrevogável quitação de todas as obrigações diretas e indiretas decorrentes deste contrato, não restando mais nada a reclamar de parte a parte, exceto as relacionadas no inciso a seguir.

III - Não estão abrangidas pela quitação ora lançada e podem ser objeto de exigência ou responsabilização, mesmo após o encerramento do vínculo contratual:

- a) As obrigações relacionadas a processos iniciados e/ou vigentes de penalização contratual;
- b) A reclamação de qualquer tipo sobre defeitos ocultos nos produtos ou serviços entregues ou prestados;
- c) O comprometimento firmado no Termo de Compromisso;
- d) O comprometimento firmado na Declaração de Sigilo;

e) Reiteram as partes que o foro da dirimir qualquer conflito decorrente do contrato em epígrafe será o de Brasília-DF, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E assim tendo lido e concordado com todos seus termos, firmam as partes o presente instrumento, em duas vias iguais, para que surta seus efeitos jurídicos.

4 – ASSINATURA

CONTRATADA	CONTRATANTE
Preposto	Autoridade da Área Administrativa
Nome	Nome
matrícula:	Matrícula:

Brasília-DF, _____ de _____ de 20____.

Anexo X - AnexoX_ETP84_2023.pdf

Estudo Técnico Preliminar 84/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 60090.000628/2023-70

2. Introdução

2.1. Este Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta no Documento de Oficialização da Demanda 267/2023 (6446993), bem como demonstrar a viabilidade - ou - inviabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação. O Estudo Técnico Preliminar da contratação é realizado pelos integrantes técnico e requisitante, com apoio do integrante administrativo no que couber, em consonância com o art. 11 da Instrução Normativa SGD-MS Nº 94/2022.

3. Histórico de Revisões

Data	Versão	Descrição	Autor
01/09/2023	1.0	Finalização da primeira versão do documento	Equipe de Planejamento da Contratação
18/09/2023	2.0	Revisão do documento.	Equipe de Planejamento da Contratação
25/10/2023	3.0	Revisão do documento a pedido da NUGOV	Equipe de Planejamento da Contratação
03/11/2023	4.0	Revisão do documento a pedido da COLIC	Equipe de Planejamento da Contratação

4. Descrição da necessidade

4.1. Necessidade

O presente estudo tem por objetivo a contratação de TI para aquisição de 04 (quatro) servidores (computadores) para implantação do sistema Sentinelas, no Centro de Coordenação-Geral (CCG) e nos três Centro Regionais (CR) que compõe o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), com a finalidade de aumentar a consciência situacional da rede de dados informacionais deste Centro Gestor, visando fomentar as ações de segurança cibernética e auxiliar na mitigação bem como na análise de ataques cibernéticos e outras ações ofensivas que possam afetar os sistemas desta instituição, em atendimento ao Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI).

4.2. Visão geral do projeto

O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia - Censipam é um órgão do Ministério da Defesa, que possui infraestrutura própria de Tecnologia da Informação, composto por um Centro de Coordenação-Geral (CCG) localizado em Brasília e três Centros Regionais (CR) localizados em Manaus (CR-MN), Porto Velho (CR-PV) e Belém (CR-BE).

O Censipam tem por finalidade integrar, avaliar e difundir informações para planejamento e a coordenação das ações globais de governo com atuação na Amazônia, visando potencializar o desenvolvimento sustentável da região. Portanto, a natureza sensível das informações elaboradas e tramitadas pelo Censipam impõe severos requisitos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade dessas informações. A perda e/ou roubo de informações por códigos maliciosos (malware) ou por desastres, não enseja apenas impactos de perdas financeiras, mas também indisponibilidade de serviços, perdas intangíveis que incluem a confiança na instituição e mácula na imagem do órgão perante a sociedade.

A Estratégia de Governo Digital (EGD) para o período de 2020 a 2022, instituída pelo Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, atribuiu à Secretaria de Governo Digital (SGD/ME) da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital (SEDGG), do Ministério da Economia, a coordenação das ações para alcance dos objetivos de implementação da Lei Geral de

Proteção de Dados Pessoais (LGPD) no âmbito do governo federal, bem como garantir a segurança das plataformas de governo digital e dos sistemas de missão crítica, dentre outros.

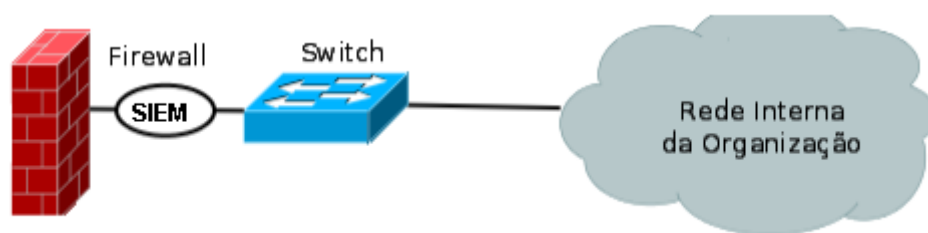
Nesse contexto, o Acórdão 1.889/2020-TCU-Plenário, resultado do processo de auditoria conduzida pelo Tribunal de Contas da União (TCU) teve como objetivos identificar os sistemas informacionais críticos da Administração Pública Federal e elaborar diagnóstico da capacidade de fiscalização de suas unidades técnicas com foco em sistemas, o que resultou em orientações para corpo técnico do TCU, SGD/ME e para os órgãos integrantes do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), do qual o Censipam faz parte.

Nesse diapasão, a Secretaria de Governo Digital (SGD), como órgão central do SISP, em articulação com os órgãos responsáveis por essas políticas, buscando agir de forma preventiva, proativa e contributiva, vem trabalhando desde 2020 em um Programa de Privacidade e Segurança da Informação (PPSI) com o objetivo de elevar o grau de maturidade e resiliência, em termos de proteção de dados pessoais e de segurança da informação, dos sistemas críticos do governo federal. O PPSI foi regulamentado pela Portaria SGD/MGI Nº 852, de 28 de março de 2023 e prevê as ações que cada órgão deve realizar para elevar a sua maturidade e resiliência.

No tocante às ações de segurança da informação, foi solicitado o apoio técnico ao Centro de Defesa Cibernética (CDCiber) para a implantação do sistema de gerenciamento de eventos e informações de segurança (SIEM) neste Centro Coordenação Geral, denominado Sentinelas, para aumentar a consciência situacional cibernética da rede de dados informacionais deste Centro Gestor, visando fomentar as ações segurança cibernética e auxiliar na mitigação bem como na análise de ataques cibernéticos e (ou) outras ações ofensivas que possam afetar os sistemas desta instituição.

Durante a implantação verificou-se que a referida solução necessita de um alto poder de processamento e armazenamento e que os recursos atualmente disponíveis no Censipam não atendem aos requisitos do sistema de forma adequada, sendo que para a implantação do sistema foram utilizada a infraestrutura de hiperconvergência (HCI) Nutanix e de um servidor fora de garantia para instalação das ferramentas que necessitavam de múltiplas interfaces de rede e de posicionamento lógico entre o firewall e o switch core para serem configuradas para monitorar todo o tráfego de rede.

Figura 1- Posicionamento lógico ideal para instalação do SIEM (sistema Sentinelas)



A necessidade de alto poder de processamento se deve ao fato da solução do sistema Sentinelas realizar a coleta, indexação e análise de todo o fluxo de dados das redes do Censipam; a alta capacidade de armazenamento se faz necessária para armazenar os eventos (logs), a fim de permitir correlacionar incidentes de segurança, identificar padrões inusitados de comportamento nas redes, monitorar ameaças e responder a incidentes com agilidade e precisão.

Conforme Despacho 56 (6385047), foi concluída a implantação no CCG/Brasília do sistema Sentinelas e, conforme relatório apresentado (6448283), identificou-se a necessidade de aquisição de recursos de hardware para implantação do referido sistema no CCG do Censipam /Brasília de forma adequada e nos Centros Regionais do Censipam em Manaus/AM, Belém/PA e Porto Velho/RO.

Atualmente, o CCG e os Centros Regionais que compõe o Censipam possuem contratos de internet individualizados, e a rede é integrada por meio de Virtual Private Network (VPN), razão pela qual é necessário que a instalação do sistema Sentinelas ocorra em cada Centro Regional.

Por derradeiro, destaca-se que a demanda em tela é de suma importância e de alta criticidade, tendo em vista a necessidade de ter uma consciência situacional abrangente a fim de assegurar a conformidade da salvaguarda dos dados do Censipam.

5. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Geral de Tecnologia da Informação	JOSÉ DE PAULA RODRIGUES NETO ASSIS

6. Necessidades de Negócio

6.1. Requisitos de Negócio - (IN SGD/ME 94/2022, art. 11, inciso I)

6.1.1 A contratação de TI para aquisição de servidores para o CGG/Brasília e para os quatro Centro Regionais, a fim de atender às seguintes demandas:

- 6.1.1.1. melhorar a Segurança da Informação do Censipam;
- 6.1.1.2. elevar o grau de maturidade e resiliência do Censipam;
- 6.1.1.3. garantir a segurança das plataformas do governo digital e dos sistemas de missão crítica;
- 6.1.1.4. aumentar a consciência situacional cibernética da rede de dados informacionais deste Centro Gestor;
- 6.1.1.5. evitar a perda e/ou roubo de informações por códigos maliciosos (*malware*) ;
- 6.1.1.6. atender aos severos requisitos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações elaboradas e tramitadas pelo Censipam; e
- 6.1.1.7. manter a infraestrutura de TI com equipamentos em garantia.

6.2. Requisitos de Capacitação - (IN SGD/ME 94/2022, art. 11, inciso I)

6.2.1 Não faz parte do escopo da contratação a realização de capacitação técnica na utilização dos recursos relacionados ao objeto da presente contratação.

6.3. Requisitos Legais - (IN SGD/ME 94/2022, art. 11, inciso I)

- 6.3.1. O presente processo de contratação deve estar aderente à Constituição Federal, à Lei nº 14.133/2021, à Instrução Normativa SGD/ME nº 94, de 2022, Instrução Normativa SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2001, Decreto 10.024, de 20 de setembro de 2019, e a outras legislações aplicáveis;
- 6.3.2. Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) 2020 a 2023, versão 2020.4 – Pode ser acessado por meio do link https://www.gov.br/censipam/pt-br/publicacoes/pdtic-2020-a-2023-1/arquivo/plano-diretor-datecnologia-da-informacao-pdtic_2020-a-2023.pdf;
- 6.3.3. Plano de Trabalho Anual – PTA, de 2023;
- 6.3.4. Planejamento e Gerenciamento de Contratação (PGC) de 2023, disponibilizado na Internet <https://pgc-anterior.planejamento.gov.br/login?cnet-id=e3cd0fce-2bdf-4d1b-9e58-b5f4954825fe>;
- 6.3.5. Resolução CIG-CENSIPAM/SG-MD Nº 1 DE 23 DE FEVEREIRO DE 2022 que Aprova o Plano de Segurança Orgânica do Censipam e suas Normas Internas de Aplicação, conforme Processo Administrativo nº 60090.000074/2020-68;
- 6.3.6. Portaria GM-MD nº 5.659, de 18 de novembro de 2022 – Aprova a Política de Segurança da Informação da administração central do Ministério da Defesa – POSIN-MD.

6.3.7. Boas Práticas, Orientações e Vedações para Contratação de Ativos de TIC – Versão 4, disponível em https://www.gov.br/governodigital/pt-br/contratacoes/orientacoes_ativos-de-tic-v-4.pdf

6.4. Requisitos de Manutenção - (IN SGD/ME 94/2022, art. 11, inciso I)

6.4.1. O suporte deve ser prestado pelo fabricante em português;

6.4.2. A substituição de componentes ou peças decorrentes da garantia não deve gerar quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

6.4.3. O fabricante deve possuir um sistema de atendimento de suporte técnico via Chat, através da web;

6.4.4. Todos os itens deverão possuir suporte ilimitado para abertura de chamados junto ao fabricante;

6.4.5. Possuir recurso disponibilizado via web, no site do próprio fabricante, que permita verificar a garantia do equipamento através da inserção do seu número de série;

6.4.6. O fabricante deverá, durante todo o período de garantia do equipamento, disponibilizar em seu site todas as atualizações e correções de bug para drivers, softwares e firmware;

6.5. Requisitos Temporais - (IN SGD/ME 94/2022, art. 11, inciso I)

6.5.1. A Entrega dos equipamentos deverá ser efetivada no prazo máximo de 30 dias corridos, a ser realizado nas localidades elencadas no Quadro 1, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento de Bens (OFB), emitida pela CONTRATANTE, podendo ser prorrogada, excepcionalmente, por até igual período, desde que justificado previamente pelo CONTRATADO e autorizado pela CONTRATANTE.

Quadro 1 - Locais de entrega

Unidade	Endereço	Cidade	UF	QTD
Centro de Coordenação Geral (CCG)	SPO, Área 5, quadra 3, bloco K, CEP: 70610-200.	Brasília	DF	01
Centro Regional de Manaus (CRMN)	Avenida do Turismo, 1350, Tarumã, CEP: 69041 – 010.	Manaus	AM	01
Centro Regional de Belém (CRBE)	Avenida Júlio Cesar, 7060, Bairro: Val-de-Cães, CEP: 66617-420.	Belém	PA	01
Centro Regional de Porto Velho (CRPV)	Av. Lauro Sodré, 6500 Aeroporto, CEP: 76803-260.	Porto Velho	RO	01

6.6. Requisitos de Segurança e Privacidade (IN SGD/ME 94/2022, art. 11, inciso I)

6.6.1. A solução deverá atender aos princípios e procedimentos elencados na Política de Segurança da Informação do CONTRATANTE.

6.6.2. Os serviços contratados deverão ser prestados em conformidade com leis, normas e diretrizes vigentes no âmbito da Administração Pública Federal, relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações

(SIC); em especial atenção à Lei de Geral de Proteção de Dados nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, ao Decreto Federal nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, à Instrução Normativa GSI/PR nº 01, de 13 de junho de 2008 (e suas normas complementares) e à POSIN-MD (https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/posin-md-2022.pdf/@download/file/pol%C3%ADtica-de-seguranca-da-Informacao-da-administracao-central-do-ministerio_da_defesa-posin-de-18-novembro-de-2022.pdf).

6.6.3. O CONTRATADO deverá assinar o Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência da Declaração de Manutenção de Sigilo.

6.6.4. Deverá ser mantido sigilo pelo CONTRATADO sobre todo e qualquer assunto de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do Contrato.

6.6.5. Os conhecimentos, dados e informações de propriedade do Censipam repassados ao CONTRATADO por força do objeto do contrato, constituem informação privilegiada e possuem caráter de confidencialidade. Não será permitida ao CONTRATADO a divulgação, sob nenhuma hipótese, de qualquer documento, modo de operação, informações sobre as áreas de aquisição, confidencial ou não, sem prévia permissão do Censipam.

6.6.6. O CONTRATADO deverá comunicar a CONTRATANTE qualquer ocorrência de transferência, remanejamento ou demissão de funcionário, para que seja providenciada a revogação de todos os privilégios de acessos aos sistemas, informações e recursos da CONTRATANTE porventura colocados à disposição para realização dos serviços contratados.

6.6.7. O CONTRATADO deverá seguir no que couber, o “Guia de Requisitos e de Obrigações quanto a Segurança da Informação e Privacidade”, constante da Seção 7 do Anexo da IN SGD/ME nº 94/2022. Guia disponível em <https://www.gov.br/governodigital/pt-br/seguranca-e-protecao-de-dados>.

6.7. Requisitos Sociais, Ambientais e Culturais (Seção 7 do Anexo da IN. 94/2022)

6.7.1. Os equipamentos devem estar aderentes às seguintes diretrizes sociais, ambientais e culturais:

6.7.1.1. Na parte externa da embalagem deverá conter a descrição de que o material utilizado na sua composição é reciclável, quando aplicável;

6.7.1.2. Conforme Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, a comprovação poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, que atestem, conforme regulamentação específica, a adequação em segurança para o usuário e instalações, compatibilidade eletromagnética e consumo de energia;

6.7.1.3. Só será admitida a oferta que cumpra os critérios de segurança, compatibilidade eletromagnética e eficiência energética através do mecanismo de certificação voluntária, atendendo aos requisitos normativos, visando à diminuição de acidentes, o aumento da qualidade e diminuição do consumo de energia dos produtos, previstos na Portaria nº 170, de 2012 do INMETRO;

6.7.1.4. Os profissionais do CONTRATADO quando estiverem nas dependências do Censipam, deverão apresentar-se vestindo de forma adequada ao ambiente de trabalho, utilizando vestuário que caracterize o comprometimento da boa imagem institucional; e

6.7.1.5. Os profissionais do CONTRATADO deverão respeitar todos os servidores, funcionários e colaboradores em qualquer posição hierárquica, preservando a comunicação e o relacionamento interpessoal construtivo.

7. Necessidades Tecnológicas

7.1. Requisitos de Arquitetura Tecnológica (IN SGD/ME 94/2022, art. 11, inciso I)

7.1.1. Os requisitos técnicos dos itens devem ser integralmente observados.

7.1.2. Os recursos computacionais devem ser entregues em pleno funcionamento e em equivalência às necessidades da Instituição, quando aplicável;

7.1.3. A adoção de tecnologia ou arquitetura diversa deverá ser autorizada previamente pelo CONTRATANTE. Caso não seja autorizada, é vedado ao CONTRATADO adotar arquitetura, componentes ou tecnologias diferentes daquelas definidas pelo CONTRATANTE.

7.1.4. O Censipam deverá disponibilizar a infraestrutura física, elétrica e tecnológica para prestação dos serviços descritos.

7.2. Requisitos de Projeto e de Implementação (IN SGD/ME 94/2022, art. 11, inciso I)

7.2.1. A implementação deverá ocorrer pela equipe técnica do Censipam.

7.3. Requisitos de Implantação (IN SGD/ME 94/2022, art. 11, inciso I)

7.3.1. Todas as tarefas de implantação serão realizadas pelas equipes técnicas existentes no Centro de Coordenação-Geral e nos Centros Regionais.

7.4. Requisitos de Garantia, Manutenção e Assistência Técnica (IN SGD/ME 94/2022, art. 11, inciso I)

7.4.1. O prazo de garantia a ser fornecida pelo fabricante é de 60 (sessenta) meses contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

7.4.2. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o CONTRATANTE.

7.4.3. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias pelo fabricante.

7.4.4. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

7.5. Requisitos de Experiência Profissional da Equipe (IN SGD/ME 94/2022, art. 11, inciso I)

7.5.1. Não serão exigidos requisitos de experiência profissional para a presente contratação.

7.6. Requisitos de Formação da Equipe (IN SGD/ME 94/2022, art. 11, inciso I)

7.6.1. Não serão exigidos requisitos de formação da equipe para a presente contratação.

7.7. Requisitos de Metodologia de Trabalho (IN SGD/ME 94/2022, art. 11, inciso I)

7.7.1. O fornecimento dos equipamentos está condicionado ao recebimento pelo CONTRATADO de Ordem de fornecimento de Bens (OFB) emitida pelo CONTRATANTE.

7.7.2. A OFB indicará o tipo de equipamento, a quantidade e a localidade na qual os equipamentos deverão ser entregues.

7.7.3. O fabricante deve fornecer meios para contato e registro de ocorrências da seguinte forma: com funcionamento 24 horas por dia e 7 dias por semana de maneira eletrônica e 12 horas por dia e 5 dias por semana por via telefônica.

7.7.4. O andamento do fornecimento dos equipamentos deve ser acompanhado pelo CONTRATADO, que dará ciência de eventuais acontecimentos à CONTRATANTE.

7.8. Requisitos de Segurança da Informação e Privacidade (IN SGD/ME 94/2022, art. 11, inciso I)

7.8.1. Não será permitida a divulgação, sob nenhuma hipótese, de qualquer documento, modo de operação, informações sobre as áreas de aquisição, confidencial ou não, sem prévia permissão do Censipam.

7.8.2. Ao CONTRATADO é integralmente responsável pela manutenção de sigilo sobre quaisquer dados e informações contidos em quaisquer documentos e em quaisquer mídias de que venha a ter conhecimento durante a execução dos

trabalhos, não podendo, sob qualquer pretexto e forma divulgar, reproduzir ou utilizar, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, independentemente da classificação de sigilo conferida pelo Censipam a tais documentos.

7.8.3. Os serviços contratados deverão ser prestados em conformidade com leis, normas e diretrizes vigentes no âmbito da Administração Pública Federal, relacionadas à Segurança da Informação e Comunicações (SIC); em especial, atenção à Lei de Geral de Proteção de Dados nº 13.709 de 14 de agosto de 2018, ao Decreto Federal nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, à Instrução Normativa GSI/PR nº 01, de 13 de junho de 2008 (e suas normas complementares).

7.8.4. O CONTRATADO deverá ter ciência da Política de Segurança da Informação (POSIN-MD) (https://www.gov.br/defesa/ptbr/arquivos/legislacao/posin-md-2022.pdf/@download/file/pol%C3%ADtica-de-seguranca-da-Informacao-da-administracao-central-do-ministerio_da_defesa-posin-de-18-novembro-de-2022.pdf).

7.8.5. O CONTRATADO deverá assinar o Termo de Compromisso e Manutenção de Sigilo.

8. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

8.1. Outros Requisitos Aplicáveis (IN SGD/ME 94/2022, art. 11, inciso I)

8.1.1. Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a validade de 3 (três) anos.

Os produtos, considerando a marca e modelo apresentados na licitação, não poderão estar fora de linha comercial, considerando a validade de 3 (três) anos.

8.2. Garantia da Contratação

8.2.1. Conforme artigo 96 e seguintes da Lei nº 14.133, não haverá exigência de garantia contratual da execução, pela razão abaixo:

8.2.1.1. Por se tratar de compra de bem comum, não há a necessidade de garantia contratual, uma vez que a obrigação do CONTRATADO será dada por cumprida no momento da entrega do equipamento e a garantia on-site, quando aplicável, será realizada pelo fabricante.

9. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

9.1. A estimativa da demanda teve como base a necessidade de adquirir servidores (computadores) para que o sistema Sentinela possa ser instalado pela equipe técnica do Censipam em cada localidade (Brasília, Belém, Manaus e Porto Velho) com o objetivo de manter toda a infraestrutura operando de forma segura.

10. Levantamento de soluções

10.1 Levantamento das possíveis soluções

Este estudo levou em consideração três possíveis cenários, com o objetivo de avaliar qual é a solução mais vantajosa para Administração pública:

1. Utilização da infraestrutura existente;
2. Aquisição de novos servidores; ou
3. Adquirir novos nós na infraestrutura de Hiperconvergência (HCI).

Solução 1) Utilização da infraestrutura existente

Atualmente, o Censipam utiliza uma infraestrutura de Hiperconvergência (HCI) baseada no Nutanix, e todos os sistemas utilizam esta plataforma.

Neste cenário não haveria nenhuma aquisição. Contudo, essa infraestrutura encontra-se na iminência de esgotamento de seus recursos de armazenamento, com risco de interrupção e perda de dados do Censipam, conforme descrito no processo nº 60091.000075/2021-83.

Também não é recomendável executar ferramentas de monitoramento na plataforma/ambiente/sistema monitorado.

Além disso, as ferramentas Snort e Arkime devem ser instalados entre a rede interna e o switch Core e ter todo o fluxo de rede espelhado, o que não é possível ser realizado utilizando a infraestrutura de HCI atual, conforme informado pela assistência técnica da Nutanix.

Solução 2) Aquisição de novos servidores

Consiste na aquisição de novos servidores compatíveis com a demanda apresentada no relatório do Centro de Defesa Cibernética (CDCIBER), para a instalação do sistema Sentinelas, em ambiente computacional com alto poder de processamento e armazenamento.

Este cenário segue a recomendação do relatório apresentado pelo Centro de Defesa Cibernética (CDCIBER), que solicita a disponibilização de 04 unidades de servidores (Super.Gov ID 6448283).

A Equipe Técnica de Planejamento optou pela configuração abaixo apresentada pelos seguintes motivos:

Tabela 1- Especificação do Objeto

Servidor	Especificações
Processador	02 (dois).
RAM	512 GB.
HD	8 Discos SATA de, no mínimo, 3TB cada.
Interface de Rede	4 interfaces de rede padrão; 2 interfaces 10 Gb.
Fonte de alimentação	Redundante
Sistema Operacional	Sem Sistema Operacional.
Quantidade de equipamentos servidores	04 (quatro).

Foi solicitado um servidor para cada uma das unidades do Censipam. A necessidade se deve ao fato de que, atualmente, o CCG e os Centros Regionais que compõem o Censipam terem contratos de internet individualizados e a rede ser integrada por meio de Virtual Private Network (VPN). Portanto, é imprescindível que seja instalada uma instância do sistema em cada localidade, com o objetivo de manter toda a infraestrutura operando de forma segura. Em virtude do exposto será necessário 04 (quatro) servidores, sendo um para cada unidade operacional do Censipam (CCG e Centros Regionais).

As salas técnicas das unidades do Censipam estão organizadas em racks padrão 19", com capacidade para 42U, e espaço disponível para instalação de servidores/equipamentos de 2U.

Os servidores a serem adquiridos devem ser fornecido com, no mínimo, 2 (duas) fontes de alimentação que suportem o funcionamento do equipamento na configuração ofertada mesmo em caso de falha de uma das fontes. As fontes deverão ser redundantes e hot-pluggable permitindo a substituição de qualquer uma das fontes em caso de falha sem parada ou comprometimento do funcionamento do equipamento.

Cada servidor deve possuir 02 (dois) processadores, com no mínimo 20 (vinte) núcleos físicos cada, com suporte ao dobro de threads, Xeon Gold, a fim de atender a necessidade de alto poder de processamento da solução do sistema Sentinelas que realizará a coleta, indexação, sumarização, monitoramento e análise de todo o fluxo de dados da rede do Censipam.

Foi solicitado a memória RAM de 512 GB de memória RAM, com módulos de 32 GB ou superior DDR4 do tipo RDIMM ou LRDIMM e frequência de, no mínimo, 2.933 MHz. DDR4 3.200 MHz, em dual-channel, visando manter a operacionalidade e a performance durante todo o período do ciclo de vida útil do equipamento. A memória dual-channel solicitada permite duplicar o fluxo de transmissão das informações, o que diminui o tempo necessário para realizar determinadas operações, melhorando a performance do equipamento servidor.

Deve possuir, no mínimo, 08 (oito) discos padrão NL/SAS com capacidade individual mínima de 3TB, e tem como objetivo a montagem de RAID 5, a fim de proteger o órgão contra a perda de dados que possam ocorrer devido a eventual falha ou dano físico da unidade de disco. Outra motivação é a necessidade de ter uma alta capacidade para armazenamento de eventos (logs) de segurança da informação.

Possuir no mínimo 04 (quatro) interfaces de rede 100/1000 padrão Gigabit Ethernet para conector RJ45, com a finalidade de manter a conectividade com as diversas fontes de dados que serão ingeridas pelo Sentinelas, e no mínimo 02 (duas) interfaces padrão 10 GbE SFP para manter a conectividade com o Firewall e com o Switch Core.

Deve possuir garantia padrão do fabricante por um período mínimo de 60 meses, para reposição de peças danificadas, mão-de-obra de assistência técnica e suporte. Foi escolhida a garantia on-site por se tratar de uma modalidade no qual o fabricante ou empresa credenciada pelo fabricante, deverá enviar um técnico para fazer a manutenção e substituição das peças que apresentarem problemas, durante todo o período do ciclo de vida do equipamento. Os serviços de reparos dos equipamentos especificados serão executados somente e exclusivamente onde se encontram os servidores (ON-SITE).

Solução 3) Adquirir novos nós na infraestrutura de Hiperconvergência (HCI)

Prevê a aquisição de novos nós na infraestrutura de Hiperconvergência (HCI) para atender a demanda de processamento e armazenamento. Atualmente, está em processo de aquisição novos nós, conforme processo Super.Gov (60091.000075/2021-83), para atendimento de outras demandas.

Embora a aquisição já esteja planejada, o dimensionamento é para outras atividades, crescimento orgânico e atendimento das necessidades da área-fim do Censipam. Além disso, executar o sistema de monitoramento na mesma plataforma que a infraestrutura monitorada fere as boas práticas de segurança de informação.

Além disso, as ferramentas Snort e Arkime devem ser instaladas entre o firewall e o switch Core, e ter todo o fluxo de rede espelhado, o que não é possível ser realizado utilizando a infraestrutura de HCI atual, conforme informado pela assistência técnica da Nutanix.

11. Análise comparativa de soluções

A análise comparativa das soluções consiste na identificação e comparação dos diferentes aspectos qualitativos em termos de benefícios ou obstáculos para o alcance dos objetivos da contratação.

11.1 Pontos positivos e negativos

A solução 1 prevê a utilização da infraestrutura existente. Neste cenário não haveria nenhuma aquisição, portanto não haveria custos envolvidos.

A solução 2 consiste na aquisição de novos servidores compatíveis com a demanda apresentada para instalação de forma adequada com alto poder de processamento e armazenamento.

A solução 3 prevê a aquisição de novos nós na infraestrutura de Hiperconvergência (HCI) para atender a demanda de processamento e armazenamento.

Segue abaixo tabela contendo os pontos positivos e negativos de cada cenário:

Tabela 2 - Pontos positivos e negativos de cada solução

Solução	Pontos Positivos	Pontos Negativos
1	1. Sem custo de aquisição de hardware.	1. A infraestrutura atual não atende aos requisitos para a implantação do sistema; 2. Pode contribuir para o esgotamento dos recursos de armazenamento, com risco de interrupção e perda de dados da infraestrutura de Hiperconvergência; e 3. Ferramentas de monitoramento na mesma plataforma/ambiente do sistema a ser monitorado.
		1. Necessidade de inserção de novos servidores na

2	1. A solução atende a instalação do sistema Sentinelas.	infraestrutura atual; 2. Custo para aquisição dos servidores.
3	1. Existe processo de aquisição em andamento.	1. A solução não atende às necessidades da instituição; 2. Custo para aquisição dos clusters para incorporação na infraestrutura de HCI; 3. Necessidade de inserção de novos nós na infraestrutura atual; e 4. Ferramentas de monitoramento na mesma plataforma/ambiente do sistema a ser monitorado.

11.2. Análise das Soluções Disponíveis

A análise comparativa das soluções consiste na identificação e comparação dos diferentes aspectos qualitativos em termos de benefícios ou obstáculos para o alcance dos objetivos da contratação:

Tabela 3 - Soluções Disponíveis

Análise Comparativa de Soluções			
Requisito	Sim	Não	Não se aplica
A solução encontra-se implantada em outro órgão ou entidade da Administração Pública Federal?	x		
A solução está disponível no Portal do Software Público Brasileiro?			x
A solução é um software livre ou software público?			x
A solução é aderente às políticas, premissas e especificações técnicas definidas pelos padrões ePing, eMag, ePwg, eArq			x
A solução é aderente às regulamentações da ICP-Brasil? (quando houver necessidade de certificação digital)			x
A solução está dentro do orçamento estimado?	x		
Existe orçamento disponível?	x		
A solução atende a 100% dos requisitos de negócio	x		
A solução apresenta melhor custo x benefício a longo prazo?	x		
Há possibilidade de aquisição na forma de bens ou contratação como serviços?		x	
Há possibilidade de ampliação ou substituição da solução implantada?	x		

11.3 Avaliação da disponibilidade de solução similar em outro órgão ou entidade da Administração Pública

Tabela 4 - Contratações Similares na APF

Pregão	Item	Órgão /UASG	Fornecedor /CNPJ	Data da Compra	Objeto	Análise
					Servidor Núcleos Por Processador: 15 A 20 , Garantia	

84 /2022	01	Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais UASG: 70014	Decision Serviços de Tecnologia da Informação Ltda. CNPJ: 03.535.902 /0004-63	10/11 /2022	On Site: Superior 48 MESES, Interface Rede Lan: No Mínimo 8 , Interface Rede San: 2 , Armazenamento Sata: Com Discos Sata ,Armazenamento Sas: Com Discos Sas , Armazenamento Ssd: Com Discos Ssd , Processadores Físicos: 2 , Tipo: Rack , Fonte Alimentação: Redundante (Swap/Hot Plug) , Sistema Operacional: Sem Sistema Operacional , Memória Ram: 348 G	Não atende, pois não possui 512 MB RAM
135 /2022	22	Ministério Público do Estado de Minas Gerais. UASG 70014	Click TI Tecnologia Ltda CNPJ: 10.862.298 /0004-45	22/10 /2022	Servidor de rede tipo: para rack 19 polegadas; processador de 2.10 GHZ, 12 núcleos e 24 threads; X86; tipo de memória: RDIMM; capacidade memória: 16 GB; frequência da memória: 3200 GHZ; disco rígido: 08 discos SSD de 1.92 TB.	Não atende, pois não possui 1 processador.
06356 /2023	02	Fundação A.A Pesq. Cient. e Tec. a UFRRJ. Órgão: Estado do Rio de Janeiro.	Storback Tecnologia Comércio e Serviços de Informática Ltda. CNPJ/CPF: 09366306000130	29/05 /2023	Servidor Biprocessado: 2 Processadores com desempenho compatível ao Intel XEON 4310 Memória RAM de 256 GB DDR4; 4 discos SSD de tamanho aproximado a 2 TB para data center; 1 disco rígido de aproximadamente 14 TB para cópias de segurança; pelo menos uma placa de rede de velocidade 10 GB; pelo menos uma placa de rede de velocidade 1 GB, a máquina poderá vir montada tanto em RACK quanto em Desktop.	Não atende, pois não possui 512 MB RAM

12. Registro de soluções consideradas inviáveis

12.1. Após análise comparativa das soluções, as soluções 1 e 3 se mostraram inviáveis, pois não atendem as necessidades da instituição, visto que em ambas as soluções identificadas não é possível a instalação das ferramentas SNORT e ARKIME, integrantes do SIEM, entre o switch Core e o Firewall e o espelhamento de todo o fluxo de rede na infraestrutura do NUTANIX, conforme informado pela assistência técnica da Nutanix.

13. Análise comparativa de custos (TCO)

13.1. A análise comparativa das soluções consiste na identificação e comparação dos diferentes aspectos qualitativos em termos de benefícios ou obstáculos para o alcance dos objetivos da contratação.

Tabela 5 - TCO da Solução Viável

Solução Viável XX:						
Custo Total de Propriedade - Memória de Cálculo						
Categoria de Custos	Ano					Totais por Categoria
	Ano 1	Ano 2 (*)	Ano 3 (*)	Ano 4 (*)	Ano 5 (*)	
Custo de Hardware (+)	R\$ 565.945,92	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 565.945,92
Custos de Implantação (+)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subtotal Custo /Ano	R\$ 565.945,92	0,00	0,00	0,00	0,00	R\$ 565.945,92
Custo de Depreciação (-)	-R\$ 113.189,18	-R\$ 113.189,18	-R\$ 113.189,18	-R\$ 113.189,18	-R\$ 113.189,18	- R\$ 565.945,92
Custo Total	R\$ 443.551,90	-R\$ 113.189,18	-R\$ 113.189,18	-R\$ 113.189,18	-R\$ 113.189,18	0,00

- 13.2. Como apenas uma solução foi considerada viável, não foi realizada comparação com os demais cenários;
- 13.3 Foi utilizado o valor de 20% de custo de depreciação por ano, pelo tempo de vida do equipamento servidor (computador).

14. Descrição da solução de TIC a ser contratada

14.1. A configuração mínima para atender a instalação do sistema Sentinelas está descrita na tabela 6.

Tabela 6- Descrição do Servidor

Item	Código CATSER	Descrição	Quantidade
1	610068	Tipo: Rack ; Processadores Físicos: 2; Núcleos Por Processador: 20 ;Memória Ram: 512 GB Interface Rede Lan: 6 Interface Rede San: Sem San Armazenamento Sata: Com Discos Sata	4

	Fonte Alimentação: Redundante (Swap/Hot Plug)	
	Sistema Operacional: Sem Sistema Operacional	
	Garantia On Site: 60 MESES	
TOTAL		4

15. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 565.945,92

Tabela 07 -Estimativa de custo

ESTIMATIVA DE CUSTO TOTAL DA CONTRATAÇÃO				
Analisando os princípios técnicos, efetividade, eficácia e economicidade, o cenário 2 é a única que atende as necessidades técnicas para instalação do Sistema Sentinelas.				
ID	Bem / Serviço	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor total estimado
1	Servidor	4	R\$ 141.486,48	R\$ 565.945,92
TOTAL				R\$ 565.945,92

16. Justificativa técnica da escolha da solução

16.1. O cenário 2 (aquisição de servidores) é o único que atende as necessidades técnicas do órgão, quais sejam:

- Permite a instalação das ferramentas SNORT e ARKIME entre o Switch core e o Firewall e o espelhamento de todo o fluxo de rede;
- Permite executar ferramentas de monitoramento em ambiente segregado dos sistemas a serem monitorados;
- Possui poder de processamento adequado para atender as necessidades do sistema Sentinelas, que necessita de alto poder de processamento para realizar a coleta, análise e a indexação de todo o fluxo de dados da rede do Censipam; e
- Possui capacidade de armazenamento adequado para armazenar todos os logs de segurança, a fim de permitir correlacionar eventos de segurança, identificar padrões, monitorar ameaças e responder a incidentes com agilidade e precisão.

17. Justificativa econômica da escolha da solução

17.1. O Cenário 2 se mostrou como o único a atender as necessidades do Censipam para implementação do sistema Sentinelas nas quatro localidades.

17.2. A solução está dentro do orçamento estimado.

17.3. Existe orçamento disponível no órgão para aquisição dos servidores.

18. Benefícios a serem alcançados com a contratação

18.1. A aquisição dos servidores (**Solução 2**) irá permitir a instalação de forma adequada do sistema Sentinelas no Centro de Coordenação-Geral (CCG) localizado em Brasília e nos Centros Regionais, localizados em Manaus/AM (CRMN), Belém/PA (CRBE) e Porto Velho/RO (CRPV), o que permitirá:

- Elevar o grau de maturidade e resiliência do Censipam;
- Garantir a segurança das plataformas do governo digital e dos sistemas de missão crítica;
- Aumentar a consciência situacional cibernética da rede de dados informacionais deste Centro Gestor;
- Atender aos severos requisitos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade das informações elaboradas e tramitadas pelo Censipam;
- Manter a infraestrutura de TI com equipamentos em garantia;
- Evitar a perda e/ou roubo de informações por códigos maliciosos (*malware*) ou por desastres que, além de impactos de natureza financeiras, também podem ocasionar a indisponibilidade de serviços, que são perdas intangíveis que incluem a confiança na instituição e mácula na imagem do órgão perante a sociedade.

Tabela 8 - Benefícios a serem alcançados com a contratação

ID	Benefícios	Eficácia/ Eficiência/ Efetividade/ Economicidade
1	Garantir a segurança das informações do negócio e continuidade dos serviços de TIC.	Efetividade
2	Manter a conformidade tecnológica com a Política de Segurança da Informação, que está em trâmite interno no MD.	Eficácia
4	Manter a garantia e suporte do parque tecnológico.	Eficiência
5	Manter o funcionamento de infraestrutura básica de TI.	Eficiência

19. Providências a serem Adotadas

19.1. Não haverá necessidade de adequação do ambiente, uma vez que o Censipam já possui infraestrutura física, elétrica e tecnológica para prestação dos serviços descritos neste ETP.

20. Alinhamento aos Planos Estratégicos

Tabela 9- Alinhamento aos planos estratégicos

--

ALINHAMENTO ESTRATÉGICO	
20.1 ALINHAMENTO AO PLANO ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL (PEI) 2022 – 2024 (https://www.gov.br/censipam/pt-br/publicacoes/planejamento/planejamento-estrategico-institucional-do-censipam-pei-censipam)	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	PROJETO ESTRATÉGICO
OE5- Promover melhoria contínua de processos e da gestão de materiais, de infraestrutura e de recursos humanos e financeiros.	5PE6 – Aprimorar a infraestrutura de TI.
20.2 – ALINHAMENTO AO PLANO DIRETOR DE TIC (PDTIC) 2020 – 2023 v.4 (https://www.gov.br/censipam/pt-br/publicacoes/planejamento/plano-diretor-de-tecnologia-da-informacao-e-comunicacao-do-censipam-pdtic-censipam)	
AÇÃO DO PDTIC	META DO PDTIC ASSOCIADA
04 - Manter funcionamento de infraestrutura básica de TI Garantia, Suporte, Manutenção, Licenciamento e Gerenciamento para servidores, virtualização, cluster, armazenamento, replicação, becape, cabeamento e ativos de Rede, contratação de serviços técnicos especializados.	IND 9 7.1 Índice de sucesso nas tentativas de violação da segurança (incidentes com sucesso / total de incidentes registrados)
11- Manter Segurança da Informação Garantia, Suporte, Manutenção, Licenciamento e Gerenciamento de Segurança da Informação. (Firewall, Token, Antivírus, Antispam, IPS, TPS, certificados).	IND 12 7.1. Índice de sucesso nas tentativas de violação da segurança (incidentes com sucesso / total de incidentes registrados/Índice de sucesso nas tentativas de violação da segurança (incidentes com sucesso / total de incidentes registrados)
12 - Manter Segurança de Microinformática Garantia, Suporte, Manutenção, Licenciamento e Gerenciamento de segurança de microinformática	IND 12 7.1. Índice de sucesso nas tentativas de violação da segurança (incidentes com sucesso / total de incidentes registrados)
20.3 – ALINHAMENTO AO PLANO DE TRABALHO ANUAL (PTA) 2023 (https://siga.sipam.gov.br/pta/iniciativas)	
ITEM	DESCRIÇÃO
340/23	Aquisição de Servidores
20.4 – ALINHAMENTO AO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA) 2023 (https://cnetmobile.estaleiro.serpro.gov.br/comprasnet-artefatos-web/artefatos/lista/DFD)	

ITEM	DESCRIÇÃO
267/2023	Aquisição de 4 servidores (computadores), sendo 1 para cada Centro Regional(CR), para execução do sistema Sentinelas.
20.5 – ALINHAMENTO À ESTRATÉGIA DE GOVERNO DIGITAL (Decreto nº 10.332, de 28 de abril de 2020, e suas atualizações).	
INICIATIVA	DESCRIÇÃO
Não se aplica	Ainda não foi implementado.

21. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

21.1. Justificativa da Viabilidade

Conclui-se que esta contratação de TI, que tem por finalidade a aquisição de 04 servidores para a instalação do sistema Sentinelas no Centro de Coordenação-Geral(CCG) e nos 4 Centros Regionais localizados em Manaus/AM (CRMN), Belém/PA (CRBE) e Porto Velho/RO (CRPV) do Censipam, mostro evidenciado neste Estudo Técnico que a forma da contratação escolhida maximiza o alcance dos resultados pretendidos e a observância dos princípios da economicidade, eficácia, eficiência e efetividade. Diante do exposto, declaramos ser viável a contratação pretendida.

22. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

JOSE DE PAULA RODRIGUES NETO ASSIS

Agente de contratação

RAQUEL MARTINS CASTILHO

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 03/11/2023 às 15:57:01.

